



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PROPAD)

CLADEILSON SOUSA OLIVEIRA

**PROCESSO DECISÓRIO: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE HEURÍSTICAS NA
IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**

Recife

2024

CLADEILSON SOUSA OLIVEIRA

**PROCESSO DECISÓRIO: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE HEURÍSTICAS NA
IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de Gestão Organizacional, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a Taciana de Barros Jeronimo, Dr.^a

Recife

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira, Cladeilson Sousa.

Processo decisório: uma análise da influência de heurísticas na implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima / Cladeilson Sousa Oliveira. - Recife, 2024.

113f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Administração, 2024.

Orientação: Taciana de Barros Jerônimo.

Inclui referências e apêndices.

1. Processo de decisão; 2. Heurísticas; 3. Curricularização; 4. Extensão. I. Jerônimo, Taciana de Barros. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CLADEILSON SOUSA OLIVEIRA

PROCESSO DECISÓRIO: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE HEURÍSTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de Gestão Organizacional, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em: 13/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Taciana de Barros Jeronimo, Dr^a., Universidade Federal de Pernambuco (Orientadora)

Diogo Henrique Helal, Dr., Universidade Federal de Pernambuco (Examinador Interno)

Geórgia Patrícia da Silva Ferko, Dr^a., Universidade Federal de Roraima (Examinadora Externa)

Recife

2024

Dedicatória

A meus pais, cuja humildade nunca lhes foi impedimento para deixar de me incentivar aos estudos.

A meus filhos (Cauã, João Gabriel e Maria Anita), que são as maiores alegrias da minha vida.

Agradecimentos

À Deus, que tem me abençoado com saúde e discernimento para superar os desafios que a vida tem proporcionado.

À professora Taciana de Barros Jerônimo, que em todos os momentos do processo de orientação, estando longe ou estando perto, sempre demonstrou empatia, interesse, dedicação e competência.

À Paloma Gabriela, que tem sido meu alicerce nos últimos anos, e cujo companheirismo e dedicação só fazem aumentar minha admiração por ela.

Resumo

A extensão foi definida como parte integrante do currículo dos cursos de graduação das universidades por meio a Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Mas foi somente em 2018, que a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação emitiu a Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para sua incorporação nos Projetos Pedagógicos de Curso. Percebe-se que a implantação da extensão no currículo dos cursos de graduação demanda um novo desafio às universidades, permeado de incertezas na avaliação e decisão individual do docente, mas também nas decisões colegiadas. Desta forma, torna-se importante buscar bases informacionais seguras que orientem nossas decisões, e assim minimizem a ocorrência de resultados indesejados. Este trabalho tem, por objetivo geral analisar o processo decisório que viabilizou a implantação da curricularização da extensão em cinco cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), promovendo avaliação da influência das heurísticas da disponibilidade, da representatividade e da confirmação sobre o julgamento e decisão dos docentes. A metodologia é qualitativa com base na análise de conteúdo e foi aplicado questionário a 05 coordenadores de curso da UFRR. A heurística da representatividade foi destacada por meio da similaridade entre eventos do mesmo tipo ocorrendo entre os cursos da instituição, alguns coordenadores docentes já sabiam como tinha acontecido o processo em outros cursos. A heurística da confirmação também apareceu com frequência, estando associada à facilidade com que um determinado fato é lembrado ou imaginado. Diante da organização interna verificada para os cursos de graduação na UFRR, para a curricularização da extensão ser aprovada e implementada, o trâmite inicia com os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que discutem e apresentam proposta de atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a qual, é avaliada e chancelada pela instância colegiada de cada curso e depois submetida a instância superior para homologação. Desta forma, destaca-se a necessidade de ampliar a publicidade da normativa interna que orienta a inserção da extensão no âmbito da Universidade, e as discussões sobre seu conteúdo, pois ela, é base de análise para todos os cursos da instituição, e pode também contribuir com as discussões em andamento em outras universidades públicas federais.

Palavras chave: Processo de decisão; heurísticas; curricularização; extensão.

Abstract

Extension was defined as an integral part of the curriculum of undergraduate courses at universities by Law No. 13,005/2014, of June 25, 2014. However, it was only in 2018 that the Higher Education Chamber of the National Education Council issued Resolution No. 07, of December 18, 2018, which establishes the guidelines for its incorporation into Course Pedagogical Projects. It is clear that the implementation of extension in the curriculum of undergraduate courses demands a new challenge for universities, permeated by uncertainties in the evaluation and individual decision of the teacher, but also in collegiate decisions. Thus, it becomes important to seek reliable informational bases that guide our decisions, and thus minimize the occurrence of undesirable results. The general objective of this study is to analyze the decision-making process that enabled the implementation of the curricularization of extension in five undergraduate courses at the Federal University of Roraima (UFRR), promoting an assessment of the influence of the heuristics of availability, representativeness and confirmation on the judgment and decision of teachers. The methodology is qualitative and based on content analysis, and a questionnaire was applied to five course coordinators at UFRR. The representativeness heuristic was highlighted through the similarity between events of the same type occurring among the courses at the institution; some teaching coordinators already knew how the process had occurred in other courses. The confirmation heuristic also appeared frequently, being associated with the ease with which a given fact is remembered or imagined. Given the internal organization verified for undergraduate courses at UFRR, for the extension curriculum to be approved and implemented, the process begins with the faculty members of the Structuring Teaching Nucleus (NDE), who discuss and present a proposal for updating the Course Pedagogical Project (PPC), which is evaluated and approved by the collegiate body of each course and then submitted to a higher authority for approval. Thus, it is necessary to increase the publicity of the internal regulations that guide the insertion of extension within the University, and the discussions about its content, since it is the basis for analysis for all courses at the institution, and can also contribute to ongoing discussions at other federal public universities.

Keywords: Decision process; Heuristics; curriculum; extension.

Lista de figuras

Figura 1 - Análise de conteúdo.....	50
Figura 2- Linhas de extensão do curso de Ciências Sociais.....	79
Figura 3– Distância para Curso de Ciências Sociais.....	82
Figura 4– Distância para Curso de Enfermagem.....	83
Figura 5– Distância para Curso de Geografia.....	83
Figura 6– Distância para Curso de Direito.....	83
Figura 7– Distância para Curso de Licenciatura em Educação do Campo.....	84

Lista de tabelas

Tabela 1 - Ações de Extensão por Categoria.....	27
Tabela 2 - Ações de Extensão por Área Temática.....	27
Tabela 3 - Categorias de Análise.....	51
Tabela 4 – Apresentação do perfil da pesquisa.....	54
Tabela 5 – Heurísticas e Vieses dos coordenadores.....	76

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROEG	Pró-reitoria de Ensino de Graduação
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema de pesquisa	17
1.2 Objetivos	20
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos específicos	21
1.3 Justificativa	21
2.CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	24
2.1 O sistema de educação superior a partir do Censo da Educação	24
2.2 A Universidade Federal de Roraima	26
3. REVISÃO DE LITERATURA	29
3.1 Heurísticas da decisão	29
3.1.1 Heurística da disponibilidade	32
3.1.1.1 Viés da facilidade de lembrança	33
3.1.1.2 Viés da recuperabilidade	33
3.1.2 Heurística da confirmação	34
3.1.2.1 Viés da armadilha da confirmação	34
3.1.2.2 Viés da ancoragem	35
3.1.2.3 Viés de eventos conjuntivos e disjuntivos	36
3.1.2.4 Viés do excesso de confiança	36
3.1.2.5 Viés da previsão retrospectiva e a maldição do conhecimento	37
3.1.3 Heurística da representatividade	38
3.1.3.1 Viés da insensibilidade aos índices básicos	38
3.1.3.2 Viés da insensibilidade ao tamanho da amostra	39
3.1.3.3 Viés da interpretação errada de chance	39
3.1.3.4 Viés da regressão à média	40
3.1.3.5 Viés da falácia da conjunção	41
3.2 Análise da decisão na administração pública	41
4.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
4.1 Técnicas de pesquisa	46
4.2 Corpus da pesquisa	48

4.3	Método de análise dos dados	50
4.4	Categorias de análise	51
4.5	Método de análise dos dados	52
5	ANÁLISE DOS DADOS	54
5.1	Perfil dos docentes	54
5.2	Questões preliminares sobre o processo de decisão nos cursos de graduação	55
5.3	Heurística da disponibilidade	56
5.4	Heurística da confirmação	57
5.5	Heurística da representatividade	68
5.6	Discussão a partir das contribuições dos docentes	74
6	DISCUSSÃO SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO NOS PPCS DOS CURSOS	78
6.1.	Apresentação da curricularização da extensão nos PPC dos cursos	78
6.1.1.	PPC Bacharelado Ciências Sociais	78
6.1.2.	PPC Bacharelado em Enfermagem	79
6.1.3.	PPC Bacharelado em Geografia	79
6.1.4.	PPC Bacharelado em Direito	80
6.1.5.	PPC Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Matemática	80
6.2.	Heurísticas sobre o processo de curricularização da extensão na UFRR	81
6.3.	Avaliação Any TextEditor	82
6.3.1	Curso de Ciências Sociais	82
6.3.2.	Curso Bacharelado em Enfermagem	82
6.3.3.	Curso de Geografia	83
6.3.4.	Curso de Direito	83
6.3.5	Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Matemática	84
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
7.1	Considerações Finais desta pesquisa	85
7.2	Limitações deste estudo	85
7.3.	Estudos futuros	86
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE A - PROTOCOLO DE PESQUISA	95

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	103
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO AO USUÁRIO	111

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária brasileira percorreu um caminho marcado inicialmente por ações isoladas das instituições, e pelo viés assistencialista das propostas de extensão. Posteriormente foi reconhecida como parte integrante do eixo indissociável que fundamenta as ações das universidades públicas, como previsto pela Constituição Federal de 1988 (Art. 207). É oportuno destacar que a extensão universitária teve suas primeiras manifestações no ano de 1911, em cursos e conferências constituídos pela Universidade de São Paulo, cuja influência veio da Inglaterra. Outra versão aconteceu na década de 1920 através da prestação de serviço pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, influenciada pelas ações elaboradas nos Estados Unidos (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012).

Segundo Corrêa (2007), baseados em uma visão de transmissão de conhecimento e assistência aos atendidos, são o Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, 20 de dezembro de 1961, os primeiros documentos oficiais a tratarem da Extensão Universitária no país.

Com a contribuição das discussões do movimento estudantil sobre a relevância da extensão universitária a partir de 1950, pelo estabelecimento de ações como as do Projeto Rondon (1967), e a promulgação da Lei de Reforma Universitária de 1968, que a extensão passa a ser obrigatória nas práticas institucionais:

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: [...] d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos (BRASIL, 1968).

Art. 25. Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados (BRASIL, 1968).

Art. 40. As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968).

A partir dos anos de 1970, a visão assistencialista da extensão universitária passou a ser questionada, e assim destacou-se a busca pela integração ao ensino e à pesquisa. Deste modo, a extensão universitária definida na Carta Magna de 1988, se torna parte integrante da gestão

das universidades públicas em articulação com e para a sociedade. Neste momento, se tem o I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas, evento em que se definiu conceitualmente a extensão universitária: “Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (1987, p. 11).

No ano de 1996, ocorreu mais uma etapa para institucionalização da extensão pelas universidades através da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que estabelece, dentre outros, a promoção da extensão como sendo uma das finalidades da educação superior (Art. 43), permitindo a possibilidade de financiamento pelo poder público em projetos e ações extensionistas (Art.77).

A extensão passa a ser definida como parte integrante do currículo dos cursos de graduação das universidades com a Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que definiu a meta 12.7: “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Mas foi somente em 2018 que a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação emitiu a Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que delineou a forma para atendimento da diretriz legal por parte das universidades, dando o prazo de três anos para que as mesmas se adequassem, contudo, a ocorrência da pandemia do corona vírus contribuiu grandemente para o não atendimento deste prazo, fato que foi revisado posteriormente, definindo até dezembro do ano de 2022, para que as instituições adequassem os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC’s) com esta nova orientação.

É justamente o processo de adequação dos cursos de graduação à legislação a fonte de investigação desta pesquisa. Através da implantação da carga horária de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), conforme preconiza a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), analisamos a influência de heurísticas sobre o processo de decisão de docentes vinculados aos cursos da instituição.

Considerando que tomar decisões é algo rotineiro na vida de todos, aqui especialmente de todos aqueles que compõe o corpo de trabalho de instituições públicas como a UFRR, e que utilizamos de estratégias ou regras simplificadoras (heurísticas) para orientar nossos julgamentos (BAZERMAN E MOORE, 2010), se torna relevante tratar desta temática na intenção de conhecer como a curricularização da extensão está sendo definida no âmbito dos cursos de graduação, se por meio de um processo sistemático baseado em constatações verificáveis ou se atende a questões intuitivas (MACEDO et al., 2005).

O aspecto positivo da utilização de heurísticas repousa no fato delas nos permitirem poupar tempo e esforços ao possibilitar a simplificação de uma decisão (TONETTO et al., 2006). Mas será que esses atalhos também nos permitem qualidade nas decisões? Para Bazerman e Moore, “há muitas situações em que a perda da qualidade da decisão ultrapassa o tempo poupado pela heurística” (2010, p. 55).

Sobre esse novo desafio para as Universidades recai merecida atenção, tendo em vista a curricularização da extensão representar a mais recente etapa na evolução do entendimento sobre as potencialidades da extensão universitária na formação superior, e sua destacada importância para o fortalecimento do papel social das instituições públicas. Está sob a responsabilidade de docentes, servidores públicos que são, definir a melhor forma de atender a Resolução do CNE, pois suas escolhas orientarão suas práticas e conseqüentemente afetarão e influenciarão a formação de inúmeros discentes.

1.1 Problema de pesquisa

A extensão universitária ocorre em uma trajetória de superação dentro do que vem a ser a história da educação superior no Brasil, partindo de conceituações imprecisas que buscavam identificar apenas aquilo que não era ensino ou pesquisa, passando pelo estabelecimento de propostas baseadas no assistencialismo e de atendimento ao mercado. Considera-se que a extensão universitária saiu da perspectiva de espaço destinado apenas a discussões sobre cultura e difusão do conhecimento, podendo ser identificada atualmente com enfoque de intervenção na realidade social e política brasileira (IMPERATORE, 2019).

Neste sentido, o processo de curricularização da extensão se torna uma via para a consolidação de práticas de reflexão e intervenção na realidade de muitas instituições de educação superior como a UFRR. Diante desta perspectiva podemos verificar a ampla

responsabilidade que é atender a Resolução nº 07/2018 do CNE, não apenas do ponto de vista administrativo, mas de estabelecer um processo de atualização curricular fundado na devida avaliação do tipo de formação que cada curso deseja oferecer para seu público, bem como no reconhecimento individual do que representa a extensão para cada docente; no entendimento dos modelos de curricularização possíveis; e na identificação das consequências da adoção de determinado modelo para a qualidade do trabalho docente e desenvolvimento do aluno, dentre outras questões.

É preciso perceber que a implantação da extensão no currículo dos cursos de graduação demanda um novo desafio às universidades, um desafio que pode ocasionar incertezas na escolha dos caminhos para sua resolução, esta, que deve perpassar por um processo de avaliação e decisão individual do docente, mas também de decisão colegiada no âmbito dos cursos, em especial os da UFRR.

Diante da incerteza tomamos muitas decisões em nosso dia a dia, inclusive sobre questões que podemos desconhecer os possíveis resultados (TONETTO et al., 2006). Desta forma, torna-se importante buscar bases informacionais seguras que orientem nossas decisões, e assim minimizem a ocorrência de resultados indesejados.

Bazerman e Moore (2010), destacam que podemos tomar decisões de forma intuitiva, implícita e emocional, e também de forma consciente, demorada, explícita e lógica. Estes mesmos autores deixam claro que em qualquer destas formas, pode-se inconscientemente buscar ferramentas cognitivas que nos permitem simplificar o processo de tomada de decisão, ou seja, sem qualquer intenção podemos estabelecer decisões baseadas no que se reconhece como heurísticas. As heurísticas podem ser consideradas um atalho mental que viabiliza ponderações mais objetivas nos momentos de tomada de decisão. “De um modo geral, essas heurísticas são bastante úteis, mas às vezes levam a erros graves e sistemáticos” (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974, p. 1124).

Considerando que a necessidade de inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação é algo recente, e que este processo precisa de uma análise consciente e lógica para se definir a proposta ideal a ser ofertada aos discentes, pode-se questionar como vem ocorrendo a adequação dos cursos à luz do que determina a diretriz nacional, ela está sendo efetivada? Os docentes, servidores públicos, tem conseguido estabelecer processos de decisão reflexivos e

crítérios? ou tem se deixado basear por heurísticas simplificadoras do julgamento para esta importante decisão que afeta a formação oferecida pelos cursos?

Nestas circunstâncias, a pesquisa se mostra como meio para observar e conhecer como os cursos de graduação da UFRR vem implementando a curricularização da extensão exigida pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação.

Diante dos inúmeros estudos e publicações voltados ao esclarecimento sobre como acontece o processo mental de decisão e a influência das heurísticas sobre ele, desenvolvemos a análise do processo de curricularização da extensão de modo a identificar se o processo decisório dos docentes nos cursos de graduação da UFRR se efetivou com base no que já se conhece sobre as heurísticas da disponibilidade, da representatividade e da confirmação, conforme descritas por Bazerman e Moore (2010).

Mesmo proporcionando agilidade e redução de esforços durante o julgamento, é preciso ressaltar a não garantia de qualidade de decisões baseadas por heurísticas (BAZERMAN E MOORE, 2010; TONETTO et al., 2006). O possível reconhecimento da predominância de decisões simplificadas por estes atalhos cognitivos pode revelar que atos de gestão pública para implantação da curricularização da extensão nos cursos de graduação estão sendo operacionalizados sem a devida avaliação das questões profundas envolvidas neste processo, algumas delas citamos mais acima. A percepção de que o foco é atender apenas o caráter burocrático da exigência imposta pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, daria margem para questionar tanto a qualidade das estratégias organizacionais que definiram o modelo de atendimento à legislação, quanto propriamente a qualidade das ações práticas de formação que se seguirão após a sua homologação no âmbito de cada curso, propriamente, se reforçaria para muitos a visão de distanciamento entre eficiência e atos de gestão dentro do serviço público.

Sendo assim, a intenção da pesquisa é buscar reconhecer se os docentes da UFRR, ao avaliarem sobre a melhor forma de atender a necessidade de curricularização da extensão, consumaram ou não decisões por meio de julgamentos enviesados pela adoção de heurísticas da disponibilidade, da representatividade e da confirmação.

O uso de heurísticas pode ser algo útil, contudo, elas podem levar os administradores a fazerem julgamentos sistematicamente enviesados. “Os vieses acontecem quando um indivíduo

indevidamente aplica uma heurística quando toma uma decisão” (BAZERMAN E MOORE, 2010, p. 19). A ação de ter que alterar um currículo pode ser algo comum para muitos profissionais, porém, se o julgamento está frequentemente baseado em heurísticas, visões enviesadas de educação podem estar fazendo parte da realidade de formação de muitas pessoas.

A partir da posição de Bazerman e Moore (2010), optamos por analisar o processo decisório dos docentes envolvidos na implantação da extensão no currículo dos cursos de graduação de forma a identificar as heurísticas citadas a partir dos vieses que as caracterizam, conforme disposto a seguir:

- Heurística da Disponibilidade - Viés da facilidade de lembrança; Viés da recuperabilidade.
- Heurística da Confirmação - Viés da armadilha da confirmação; Viés da ancoragem; Viés de eventos conjuntivos e disjuntivos; Viés do excesso de confiança; Viés da previsão retrospectiva e a maldição do conhecimento.
- Heurística da Representatividade - Viés da insensibilidade aos índices básicos; Viés da insensibilidade ao tamanho da amostra; Viés da interpretação errada de chance; Viés da regressão à média; Viés da falácia da conjunção.

Esta iniciativa se mostra relevante, pois constituiu conjunto de conhecimentos que, dentre outros, identificou os critérios que orientaram a escolha dos modelos de curricularização da extensão pelos docentes, e analisou a influência de heurísticas sobre o processo de decisão que homologou a inserção da extensão nos PPC's dos cursos. Com isto, acreditamos ter contribuído para ampliar o conhecimento sobre a presença de heurísticas em processos de decisão na área de gestão da educação superior, área ainda pouco explorada dentro dos objetivos que nos propusemos alcançar neste estudo; e ainda favorece o aprimoramento do processo de implantação da extensão no currículo dos cursos de graduação tanto na UFRR quanto em outras instituições pelo país, sejam elas públicas ou privadas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral:

- Analisar a influência de heurísticas sobre o processo de decisão que viabilizou a implantação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRR.

1.2.2 Objetivos específicos:

- Analisar as diretrizes da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação;
- Identificar os critérios que orientaram a definição dos modelos de curricularização da extensão adotados pelos cursos de graduação da UFRR;
- Analisar a influência das heurísticas da disponibilidade, da representatividade e da confirmação sobre o julgamento e decisão dos docentes.
- Apresentar contribuições de estudos descritivos sobre heurísticas e impacto delas no processo de decisão de profissionais que compõe organizações públicas.

1.3 Justificativa

A inserção de 10% de atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação é o resultado de um histórico processo de evolução de práticas e entendimentos sobre a extensão universitária brasileira. Conforme o Art. 2º da Resolução nº 07/2018 do CNE, a curricularização da extensão deve atender tanto as diretrizes nacionais como as diretrizes internas de cada instituição, e deve ser estabelecida no PPC de cada curso.

No que se refere à Universidade Federal de Roraima, local onde a pesquisa foi realizada, estão em funcionamento quarenta e oito (48) cursos de graduação, e ainda em 2021, a universidade regulamentou internamente a curricularização da extensão por meio da Resolução nº 40, de 24 de agosto de 2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Esta resolução, segundo seu art. 8º, definiu que a carga horária de extensão poderá ser reconhecida por meio de componentes curriculares que assumirão uma das seguintes formas:

I - Atividade Curricular de Extensão (ACE): Componente curricular que corresponde integralmente ao reconhecimento do cumprimento de carga horária de extensão, podendo esse reconhecimento se dar em relação a uma atividade única, a um conjunto de atividades ou a parte de uma atividade.

II – Componente Misto de Extensão (CME): Componente curricular que inclui, além de carga horária de aulas teóricas e/ou práticas, também atividades de extensão.

No que se refere aos trâmites para alteração do PPC na UFRR, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), unidade da estrutura organizacional dos cursos, promove as atualizações dos PPC's conforme demanda, e submete o documento ao Conselho de Curso, órgão colegiado

formado pelo conjunto total de docentes de cada curso de graduação, este, “é o órgão competente para deliberar, em primeira instância, sobre as questões didático-pedagógicas que tenham por objetivo a elaboração ou a alteração do Projeto Pedagógico do Curso” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Resolução nº 13/2017, Art. 2º). Na sequência do fluxo processual, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) desenvolve avaliação administrativa da proposta de elaboração ou alteração do PPC, e emite parecer sobre a adequação do mesmo às normativas internas e externas à instituição. Estando sem óbices, a juntada é submetida à Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que emite parecer final sobre o PPC. Somente havendo discordância entre PROEG e Câmara de Ensino o processo é submetido ao pleno do CEPE para decisão.

Observamos que entre o nascimento da proposta de alteração do PPC no âmbito dos cursos até a homologação final da mesma, há um rito burocrático a ser cumprido, contudo, a pesquisa analisou o momento de decisão ocorrido no âmbito dos cursos, momento em que os docentes a partir de suas posições pessoais avaliam e emitem posicionamento sobre sua compreensão e a melhor maneira de atender a Resolução do CNE.

Conforme destacado anteriormente, os momentos de decidir sobre algo podem ser afetados por heurísticas que promovem a simplificação do julgamento em situações de incerteza e complexidade. Considerando especialmente as posições de Bazerman e Moore (2010) sobre as heurísticas citadas, pode-se dizer que emitimos decisões, muitas vezes inconscientemente, se baseando em memórias e experiências semelhantes de casos recentes presentes em nossa mente (disponibilidade); ou que tomamos posicionamento sobre algo aceitando intuições, crenças que fortaleçam nosso sentimento de certeza, mesmo que para isso, seja preciso negar ou falsificar informações úteis (confirmação); e ainda, podemos decidir sem considerar informações atuais por acreditar que problemas do presente podem ser equacionados pelo fato da existência de ocorrências semelhantes terem acontecido com certa frequência no passado (representatividade).

“A heurística oferece aos administradores e a outros profissionais pressionados pelo tempo um modo simples de tratar com o mundo complexo, normalmente produzindo julgamentos corretos ou parcialmente corretos. Além disso, pode ser inevitável que seres humanos adotem algum meio de simplificar decisões. A única desvantagem dessa heurística é que frequentemente os indivíduos não estão conscientes de que confiam nela. Infelizmente, a aplicação errônea da heurística em situações inadequadas induz pessoas ao erro. Quando os administradores se conscientizarem do potencial de impacto adverso da utilização da heurística, poderão decidir quando e onde usá-la e, se for para seu

bem, eliminar certas heurísticas do seu repertório cognitivo” (BAZERMAN E MOORE, 2010, p. 9).

Diante da recente necessidade de alteração dos currículos dos cursos de graduação para inserir a extensão, deve existir alto nível de comprometimento e responsabilidade em cada docente que participa do processo, este, que deve ser visto como muito mais do que um mero cumprimento de etapa administrativa, pois a escolha do melhor modelo de curricularização demanda, dentre outros, o reconhecimento dos impactos de sua execução para qualidade do trabalho docente, além disso, representa um entendimento de qualidade sobre o que é cada modelo definido na Resolução nº 40/2021-CEPE, e ainda se torna uma reafirmação do tipo de formação que o docente deixa transparecer no dia a dia a seus alunos.

Acreditamos que a pesquisa pôde trazer contribuições pelo fato de ser um instrumento que ampliou a divulgação de relevantes perspectivas teóricas sobre heurísticas e vieses cognitivos em diferentes áreas do conhecimento, especialmente algumas que são de intervenção direta do poder público. Percebemos ainda como um diferencial nesta iniciativa, a opção por tê-la estabelecido em âmbito acadêmico e investigar uma necessidade recentemente demandada aos cursos de graduação, a curricularização da extensão, o que possibilitou a construção de reflexões tanto sobre a gestão de organizações de educação superior quanto sobre o próprio poder público.

A curricularização da extensão é um ato de gestão pública e que deve ser definida a partir de posicionamentos e informações consistentes, a fim de contribuir de maneira significativa com a formação daqueles que buscam os serviços públicos de educação ofertados pela UFRR.

Acreditamos que a pesquisa pôde produzir resultados que evidenciaram a influência das heurísticas sobre o pensamento de agentes públicos, contribuindo para ampliação do conhecimento científico descritivo sobre heurísticas, mas também alertou para a necessidade do desenvolvimento de processos de decisão mais precisos em qualquer que seja o âmbito da administração pública, o que, sem dúvida, pode ocasionar maior reconhecimento social da eficiência e eficácia de seus atos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta seção fornece o contexto nacional do fenômeno estudado, ou seja, apresenta dados que nos permitem perceber a abrangência de instituições, cursos, docentes e discentes que estão sendo afetados pelas iniciativas originadas para o cumprimento das determinações da Resolução nº 07/2018 do CNE.

Do mesmo modo, destacamos dados e informações que apresentam a realidade da UFRR enquanto instituição formadora presente no Estado mais ao norte do Brasil, e ainda, demonstramos a realidade da extensão universitária nesta Universidade integrante do sistema nacional de educação superior.

2.1 O sistema de educação superior a partir do Censo da Educação

Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2022, cuja responsabilidade é do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o país conta com 2.595 instituições de educação superior, destas, 2.283 são privadas (com ou sem fins lucrativos) e 312 são públicas (federais, estaduais e municipais). A rede federal é representada por 120 instituições, entre universidades, institutos, centros e outras entidades. Somente as universidades federais contabilizaram 68 instituições até o final do ano base do Censo mencionado acima (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2023).

Do total de vagas ofertadas para ingresso em cursos de graduação em 2022, o total de 870.659 foram ofertadas pela rede pública, e 21.959.144 foram ofertadas pela rede privada. Dentre os entes da rede pública, as instituições federais apresentaram maior número de vagas ofertadas, totalizando 533.973 vagas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2023).

Ao que se refere aos números de matrículas realizadas em 2022, o Censo da Educação Superior apresentou que mais de 7 milhões de matrículas aconteceram na rede privada, já na rede pública foram efetivadas pouco mais de 2 milhões, que descontada a atipicidade verificada em 2020 por causa da pandemia do corona vírus, verifica-se que desde 2017 o número de matrículas na rede pública se encontra estável, situação contrária quando comparada à rede privada, que desde os anos 1990, verifica aumentos consecutivos ano a ano (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2023).

Dentro dos números do setor público, a rede federal desponta com o total de 1.344.835 matrículas em 2022, superando com folga as 655.492 da rede estadual, e as 76.190 da rede municipal.

Outra realidade que vale o destaque é a que mostra os números de matrícula por modalidade. Enquanto os cursos presenciais vêm reduzindo anualmente a quantidade de matriculados (5.112.663 em 2022), os cursos à distância vêm em sentido contrário, recebendo cada vez mais alunos (4.330.934 em 2022). O Censo destaca ainda que do total de alunos matriculados na rede federal de educação superior:

- 82,4% estão em universidades, 17,1% em Institutos Federais e Cefets, 0,3% em Centros Universitários, e 0,1% em Faculdades;
- 94,5% dos matriculados estão em cursos presenciais;
- 68,6% das matrículas aconteceram em cursos de bacharelado;
- 25,4% das matrículas aconteceram em cursos de licenciatura;
- 6,0% das matrículas aconteceram em cursos tecnológicos.

Entre os cursos de graduação que mais receberam matrículas no país em 2022, estão: Pedagogia (821.864), Direito (671.726), Administração (638.789), Enfermagem (457.968), Contabilidade (327.499), Psicologia (314.543), Sistemas de Informação (308.850), Educação Física (254.383), Medicina (245.501), Gestão de Pessoas (209.691).

No que se refere aos docentes, o Censo da Educação Superior (2022) identificou que em atuação na rede pública estão mais de 170 mil profissionais, sendo que os Estados de Mato Grosso do Sul (60%), Rio Grande do Norte (61%), Sergipe (61%), Rio de Janeiro (62%), e Rio Grande do Sul (63%), despontam como os Estados que mais possuem docentes com nível de doutorado atuando em cursos de graduação. Já os Estados com menores índices de doutores são Rondônia (32%) e Amapá (39%). O Estado de Roraima, ente regional onde se localiza a universidade base desta pesquisa, aparece com o percentual de 48% de docentes doutores atuando em cursos de graduação.

São muitas as constatações possíveis a partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2022 organizados pelo INEP, contudo, este recorte que dele fizemos nos diz que o Sistema de Educação Superior no Brasil é predominantemente privado, e que no setor público, as

instituições federais são as mais buscadas pela população para se conseguir uma formação de nível superior.

Por ser uma medida a ser implementada em todo o sistema nacional, a curricularização da extensão deverá fazer parte da formação de mais de 9 milhões de discentes, vemos com isto, a imensidão da responsabilidade daqueles que estão avaliando as formas possíveis de implementar os 10% de extensão nos currículos dos cursos de graduação. Vale ressaltar que a inserção da extensão deve ser feita tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos à distância, cursos de licenciatura, bacharelados e tecnológicos, o que ocasiona desafios singulares em cada realidade, tanto ao que se refere aos tipos de cursos quanto pela realidade na qual estão inseridos.

2.2 A Universidade Federal de Roraima

A Fundação Universidade Federal de Roraima foi criada através do Decreto Lei nº 98.127 de 08 de setembro de 1989. Localizada no extremo norte brasileiro, a UFRR tem sede na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, atualmente, a Universidade conta com 4 campus, sendo três deles em sua sede (dois na zona urbana e um na zona rural) e um na cidade de São João da Baliza, sul de Roraima.

A UFRR desenvolve suas ações nas áreas da educação básica, técnica e tecnológica, graduação e pós-graduação. Em sua estrutura organizacional estão abrigados 48 cursos de graduação (45 na modalidade presencial e 03 na modalidade à distância), 18 cursos de pós-graduação, 01 Colégio de Educação Básica, 01 Escola Agrotécnica, e 01 Núcleo de Educação à Distância (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2023). Os cursos de graduação se dividem em 26 bacharelados, 21 licenciaturas, 01 tecnológico.

Em 2023, a UFRR ofertou 2.159 vagas para ingresso de alunos em seus cursos de graduação, e obteve o preenchimento de 1.457 vagas, demonstrando que naquele período sua taxa de ocupação foi de 67%. No que se trata de alunos matriculados, identificamos que a Instituição, no mesmo período, efetivou 5.786 matrículas nos cursos de graduação presenciais e 541 nos cursos de graduação à distância; 575 matrículas nos cursos de pós-graduação; 317 matrículas nos cursos técnicos de nível médio; e ainda, 471 matrículas na educação básica (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2023).

No ano de 2023, a equipe de trabalho da Universidade esteve formada por 574 docentes (carreiras da educação básica, técnica e tecnológica, e do magistério superior); e 302 técnicos-administrativos, todos efetivos. Do total de docentes efetivos, a UFRR possui em seu quadro 371 doutores, 156 mestres, 35 especialistas, e 12 graduados.

Da Extensão, área base da pesquisa de campo a ser desenvolvida, optamos por apresentar uma visão da evolução dos dados durante o período compreendido entre 2021 a 2023. As tabelas a seguir detalham o cadastro de ações de extensão por categoria (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Resolução nº 07/2018, Art. 8º) e por área temática (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 44).

Tabela 1 - Ações de Extensão por Categoria

Categoria \ Ano	2021	2022	2023
Cursos	06	29	45
Eventos	38	36	82
Prestação de Serviços	01	01	01
Programas	39	49	48
Projetos	74	107	198
Total	158	222	374

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2021, 2022, 2023

Tabela 2 - Ações de Extensão por Área Temática

Área temática \ Ano	2021	2022	2023
Comunicação	04	14	12
Cultura	22	22	37
Direitos Humanos e Justiça	17	19	26
Educação	70	96	145
Meio Ambiente	03	16	23
Saúde	22	34	100
Tecnologia e Produção	18	16	23
Trabalho	02	05	08
Total	158	222	374

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2021, 2022, 2023

Segundo o Relatório de Gestão 2023 da UFRR, o aumento do número de cadastros de ações de extensão naquele exercício, quando comparado ao ano de 2022, se deve a duas questões: os cadastros de ações passaram a ser realizados de forma eletrônica pelo Módulo

Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que agilizou os registros, os envios de relatórios e as certificações; e ainda a integração de ações extensionistas nos currículos dos cursos de graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2023).

Conforme já descrito anteriormente, a UFRR regulamentou internamente a curricularização da extensão através da Resolução nº 40, de 24 de agosto de 2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Desde a aprovação desta Resolução até o início da pesquisa (dezembro de 2023), quinze cursos de graduação já tinham concluído o processo de alteração de seus PPCs e incluíram os 10% da carga horária de extensão, conforme a exigência do Conselho Nacional de Educação, são eles:

- Bacharelados: Ciências da Computação, Ciências Sociais, Economia, Ciências Biológicas, Direito, Enfermagem, Geografia, Relações Internacionais;
- Licenciaturas: História, Educação do Campo, Ciências Biológicas, Letras Português, Pedagogia;
- Tecnológico: Agroecologia.

Evidenciamos até aqui quão significativo é a imensidão de instituições, docentes e discentes que se tornam parte do processo de implementação das diretrizes da Resolução nº 07/2018 do CNE. Apesar das universidades federais sintetizarem apenas uma parte do que vem a ser o sistema nacional de educação superior, ainda assim, em nada se torna diminuta a responsabilidade por colocar em prática um processo de alteração curricular que de fato venha a atender os anseios sociais por uma educação de qualidade.

O universo regional da UFRR, por sua vez, nos apresentou a oportunidade de estabelecer pesquisa que permitiu analisar de forma conjunta a ação docente que se expressa pelo cumprimento de um ato administrativo, o qual, assim como qualquer outro ato, deve ser eficiente (BRASIL, 1988, Art. 37), ao mesmo tempo que viabiliza a possibilidade de auxiliar a instituição no aprimoramento de sua proposta de prestação de serviço ao público e de cumprimento de sua responsabilidade social.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 – Heurísticas da decisão

Conhecer sobre algo para constituir um julgamento e assim conceber uma decisão se mostra como o caminho normal que todos tomamos no decorrer de nossas vidas, contudo, a partir da estruturação do conceito de racionalidade limitada proposto por Herbert Simon (1980, 1987, 1997), passou-se a perceber que possuímos um poder cognitivo restrito que não tem a atenção necessária para considerar, em sua plenitude, todas as informações e fatos potencialmente relevantes para consumir um julgamento (BAZERMAN E MOORE, 2010). Importante reforçar que racionalidade limitada não se trata da falta de racionalidade, mas do reconhecimento de que diante da complexidade e da incerteza nos faltam habilidades cognitivas para compreender a totalidade da realidade ao nosso redor (STEINGRABER E FERNANDEZ, 2013).

Na visão de Kaneman (2003, 2011) e Bazerman e Moore (2010), o raciocínio tem maneiras diferentes de acontecer, segundo os autores há um processo duplo de cognição, tratados como Sistema 1 e Sistema 2. A maior parte das decisões tomadas no decorrer da vida são aquelas que se encaixam como resultados do Sistema 1, processo cognitivo que nos permite raciocinar para responder a questões práticas do dia a dia, como fazer compras no supermercado, por exemplo. O “Sistema 1 refere-se ao nosso sistema intuitivo, que normalmente é rápido, automático, sem esforço, implícito e emocional”; por outro lado, o Sistema 2, o qual costuma-se reservar para definição de momentos importantes, “refere-se ao raciocínio mais lento, consciente, esforçado, explícito e lógico” (BAZERMAN E MOORE, 2010, p. 4).

Gomes (2017), mesmo com denominação diferente, reforça a visão de que o raciocínio dos indivíduos pode acontecer por dois processos cognitivos distintos, o Sistema Intuitivo e o Sistema Racional. Na interpretação da autora, o “Sistema Intuitivo seria automático, de baixa capacidade computacional e relativa inconsciência, tratando de processos mais espontâneos e heurísticos, enquanto que o Racional conjuga um processamento controlado abordando aspectos relativos à inteligência analítica” (GOMES, 2017, p. 14). Para Kaneman (2003) o Sistema 2 exerce uma função de monitoramento do Sistema 1, contudo, é perceptível que não há rigor nesta função, o que nos leva a expressar com facilidade julgamentos enviesados. Esta

condição permite perceber, em parte, o porquê de enveredarmos pelo caminho das heurísticas em momentos de tomada de decisão.

Fatores como o formato do problema, a existência de normas, hábitos e outras características pessoais podem influenciar a tomada de decisão (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974, 1981). Ainda que atualmente estejamos imersos, por intermédio da tecnologia, a um fluxo contínuo de dados e informações que podem favorecer o julgamento e consumir decisões sólidas, se torna natural a busca por atalhos que nos auxiliem com a dificuldade cognitiva para analisar e assimilar todos os fatos existentes para cada situação que nos exige uma decisão. Diante desta racionalidade posta a efeito a partir de processos cognitivos distintos, se torna admissível que nós seres humanos desenvolvamos estratégias para lidar com problemas complexos, ou seja, se torna compreensível que busquemos formas de tornar mais simples o julgamento se utilizando de heurísticas (MACEDO, ALYRIO E ANDRADE, 2007).

Kaneman (2003), buscou esclarecer que as heurísticas devem ser entendidas não apenas pelos vieses característicos que podem causar ao julgamento, mas pelo processo de substituição de atributos que elas podem promover durante esse julgamento, “de modo que elementos omissos ou faltantes são substituídos por outros que sejam de domínio prévio das pessoas” (TONETTO et al., p. 183, 2006). Aquele autor reconhece ainda que a definição de heurística deve se estender não apenas para avaliação de eventos sob incerteza; e que o monitoramento exercido pelo Sistema 2 pode tratar as condições sob as quais acontecem os julgamentos intuitivos do Sistema 1, o que permite sua modificação ou substituição (KANEMAN, 2003).

Os posicionamentos de Bazerman e Moore (2010) reconhecem a posição de Kaneman (2003), ao defender que as heurísticas podem ser entendidas como regras ou ferramentas cognitivas que utilizamos como forma de simplificar a tomada de decisão, seja esta uma expressão do Sistema 1 ou do Sistema 2. Em termos de vantagem para o julgamento é preciso perceber que as heurísticas podem viabilizar a redução do tempo para julgamento e de esforços empreendidos para se chegar a uma decisão.

Importante destacar aqui a diferenciação entre julgamento e tomada de decisão, sendo que o primeiro se mostra para este estudo como “a avaliação de duas ou mais opções, e a tomada de decisão, a escolha realizada entre as alternativas dadas, sendo essas funções independentes e complexas, mas inter-relacionadas” (TONETTO et al., 2006, p. 182)

O reconhecimento da influência de heurísticas sobre o julgamento tem forte destaque a partir da pesquisa de Amos Tversky e Daniel Kahneman (1974), a qual identificou que para lidar com a realidade complexa do processo de decisão os seres humanos desenvolvem estratégias que simplificam sua forma de estabelecer o julgamento.

Basear-nos em heurísticas para julgar e emitir uma decisão pode ser algo útil, contudo, sua aplicação indevida ampliam as possibilidades de emitirmos erros previsíveis e sistemáticos – vieses – que sem a devida atenção podem se repetir a cada circunstância vivenciada pelo decisor (KAHNEMAN, 2011). Enquanto heurísticas são atalhos cognitivos, vieses podem ser vistos como erros ocorridos do uso das heurísticas.

Segundo Tversky e Kahneman, “a confiança nas heurísticas e a prevalência de vieses não estão restritas aos leigos. Pesquisadores experientes também são propensos aos mesmos vieses — quando pensam intuitivamente” (1974, p. 650). Sabe-se que alguns vieses são mais relacionados com o Sistema 1 que com o Sistema 2, mas ambos podem operar para o desenvolvimento deles (GOMES, 2017).

Por ser passível de presença nos julgamentos de qualquer pessoa, seja ela um trabalhador rural ou estudioso de destaque, e também por afetar o julgamento em formas variadas que com facilidade podem se tornar caminhos enviesados, as heurísticas se tornaram tema de pesquisa em diversas áreas do conhecimento como a economia, administração, direito, medicina, entre outros.

Desde as posições iniciais de Amos Tversky e Daniel Kahneman (1974), surgiram diversas pesquisas voltadas a aperfeiçoar a capacidade de julgamento e decisão dos indivíduos. Aqui nesta iniciativa, para analisar o processo de decisão voltado ao atendimento de uma diretriz legal no âmbito de uma universidade pública, optamos por considerar o posicionamento Max Bazerman e Don Moore (2010), cujo estudos sobre as heurísticas tem viabilizado a ampliação da consciência sobre a presença e o impacto delas nas pessoas e conseqüentemente nas organizações.

Nesta iniciativa, a análise do processo decisório dos docentes será levada a efeito pela identificação das heurísticas da disponibilidade, da confirmação, e da representatividade a partir dos vieses que podem caracterizar suas presenças no julgamento:

Heurística da Disponibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Viés da facilidade de lembrança • Viés da recuperabilidade
Heurística da Confirmação	<ul style="list-style-type: none"> • Viés da armadilha da confirmação • Viés da ancoragem • Viés de eventos conjuntivos e disjuntivos • Viés do excesso de confiança • Viés da previsão retrospectiva e a maldição do conhecimento
Heurística da Representatividade	<ul style="list-style-type: none"> • Viés da insensibilidade aos índices básicos • Viés da insensibilidade ao tamanho da amostra • Viés da interpretação errada de chance • Viés da regressão à média • Viés da falácia da conjunção

Fonte: Adaptado de Bazerman e Moore (2010)

A seguir estão descritas de forma mais aprofundada cada heurística e vieses correspondentes.

3.1.1 Heurística da disponibilidade

É comum que ao nos depararmos com determinadas situações problema recorramos à exemplos guardados na memória para auxiliar com sua resolução. Eventos recentes, específicos e que ocorreram com frequência podem estar mais facilmente disponíveis na memória do que eventos vagos, difíceis de imaginar, cuja ocorrência pouco ou nada nos proporcionaram de emoção (BAZERMAN e MOORE, 2010).

Para Tversky e Kahneman (1973, 1974), as pessoas estimam a frequência, a probabilidade e até mesmo a causa de eventos a partir da facilidade com que exemplos estejam disponíveis na memória, ou seja, podemos consumir decisões considerando a disponibilidade de informações que possuímos na memória sobre determinado assunto.

A correlação entre a frequência de ocorrência de um evento e a lembrança do mesmo pode ser vista como positiva (CIARELLI e ÁVILA, 2009), tendo em vista que situações problema que se repetem podem ter uma resolução mais rápida e precisa a cada novo ciclo. Apesar disso, a falência do uso da heurística da disponibilidade se encontra no fato de que “a disponibilidade de informações também é afetada por fatores que não estão relacionados com a frequência objetiva do evento julgado” (BAZERMAN E MOORE, p. 10, 2010). Ciarelli e Ávila (2009) destacam que assim como a frequência e a probabilidade, outras questões podem viabilizar a lembrança de exemplos pela memória: questões como a familiaridade com exemplos costumeiros; o destaque de certos eventos na vida dos indivíduos (tragédias pessoais, por exemplo); o tempo decorrido entre o exemplo e a situação que possa ocasionar a lembrança; além da superexposição do indivíduo a questões massivamente veiculadas pela mídia.

Diante disto, os vieses estarão confirmados ao estabelecermos as causas, probabilidades e frequência de eventos a partir dos exemplos mais facilmente lembrados que se mostram mais numerosos do que aqueles menos disponíveis na lembrança (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974). Assim, “a imaginação de um resultado não é a garantia de que esse aparecerá, e se ele é difícil de ser antevisto ou de ser imaginado, a tentativa de imaginá-lo pode realmente reduzir a percepção de que ele efetivamente ocorrerá” (TONETTO et al., p. 185, 2006).

3.1.1.1 Viés da facilidade de lembrança

O reconhecimento da heurística da disponibilidade permite a percepção do quanto nossas lembranças podem interferir no julgamento para consumação de decisões. O viés possível a partir da recuperabilidade fácil de lembranças pode ser visto quando estabelecemos decisões baseadas em experiências pessoais proeminentes (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974), por exemplo, adquirir um seguro após o roubo de celular, atitude que poderia não ser cogitada antes do fato acontecer.

Bazerman e Moore (2010), destacam que eventos recentes ou considerados familiares também podem nos levar a estabelecer avaliações enviesadas tendo em vista que seus exemplos podem estar em quantidade mais acentuada na memória, fazendo-nos acreditar que eles são mais importantes e reais que outras questões menos comuns.

3.1.1.2 Viés da recuperabilidade

Para Ciarelli e Ávila (2009), a lembrança de grupos grandes acontecem com mais facilidade do que a lembrança de grupos pequenos, sendo esta uma das regras da disponibilidade se torna fácil perceber que “as vezes, o mundo se estrutura de acordo com nossas estratégias de busca” (Bazerman e Moore, p. 27, 2010). Tal situação fica evidente ao percebermos o agrupamento de farmácias ou revendedoras de autopeças, por exemplo, que em muitas cidades ocorre delas se localizarem umas próximas às outras, o que facilita o consumidor estruturar na memória a associação entre o que precisa e onde encontrar, estimando maior probabilidade de resolver sua necessidade no lugar que a memória de pronto apontou, fazendo-o deixar de lado outras possibilidades pela facilidade com que lembrou do grupo maior.

A avaliação feita a partir da frequência com que certos eventos ou fatos estão disponíveis na memória nem sempre podem gerar resultados tão positivos, é preciso acuidade na seleção daquilo que realente pode contribuir para um julgamento justo.

3.1.2 Heurística da confirmação

Os estudos do viés da confirmação foram propostos por Peter Wason em 1968, para ele, as pessoas costumam ter preferência por buscar ou interpretar informações de modo a viabilizar a confirmação das suas hipóteses ao invés de negá-las (SIGETTE, 2017).

Diante do reconhecimento que possuímos duas formas de pensar, uma mais rápida, sem esforço, automática e intuitiva; e outra mais lenta, exige esforço, e analítica (KAHNEMAN, 2003, 2011), se torna preferível para os indivíduos lidar com informações positivas que confirmem suas crenças, e se torna mais difícil e questionável se deparar com informações negativas que contrariam nossa posição, pois exigem maior atenção cognitiva (SIGETTE, 2017).

Quando encontramos algo que confirme nossa forma de pensar seguimos a tendência de aceite, porém, quando o contrário acontece, quando identificamos algo que vá de encontro com nossas crenças, intuitivamente nos colocamos na condição de questionar a contrariedade.

Bazerman e Moore (2010), apontam cinco vieses possíveis a partir da heurística da confirmação, os quais trataremos a seguir:

3.1.2.1 Viés da armadilha da confirmação

Identificar dados que deem suporte àquilo que se intenciona fazer permitirá a confirmação de que a decisão tomada será de fato bem sucedida? Encontrar boas referências sobre uma pessoa representará a confirmação de uma boa contratação? Pelo viés da armadilha da confirmação fica demonstrado que antes de nos comprometermos com uma decisão buscamos meios de confirmá-la (BAZERMAN E MOORE, 2010).

Neste sentido, um dos caminhos para a armadilha da confirmação é possível ao se basear o processo decisório com dados obtidos por meio da ação intuitiva de recuperação seletiva de fatos da memória. As pessoas involuntariamente armazenam informações que sustentam sua forma de pensar para não precisar adquirir evidências em uma tomada de decisão (DEVLIN E BILLINGS, 2018).

Outra via que nos leva ao viés da armadilha da confirmação acontece quando estabelecemos buscas para confirmar o que pesamos em lugares onde já sabemos o que vamos encontrar, situação possível devido a racionalidade limitada que possuímos nos induzir de forma seletiva a buscas por fontes com informações que se mostrem úteis (BAZERMAN E MOORE, 2010).

Fica evidente que o acesso a evidências não apenas confirmatórias, mas a outras que possam rejeitar nossa posição inicial também podem nos conduzir a melhores julgamentos.

3.1.2.2 Viés da ancoragem

Proposta inicialmente por Tversky e Kahneman (1974) como uma heurística, e posteriormente revisada desta condição por Kahneman (2003) devido ao estabelecimento de entendimento mais amplo sobre como devem ser percebidas as heurísticas, caracterizando-as como processos cognitivos mais complexos que afetam o processo decisório não apenas em momentos de incerteza.

Bazerman e Moore (2010), seguindo esta revisão, apresentam a ancoragem como viés que nos orienta a ajustar o julgamento a partir de um ponto de partida (âncora), sendo que ajustes fora das âncoras se mostram insuficientes (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974). Ainda segundo Bazerman e Moore (2010), podemos nos deixar afetar pela ancoragem a partir de dois motivos: a) ao buscarmos criar estimativas estabelecemos uma âncora baseada em informação irrelevante disponível, sendo que aquela vai sendo ajustada até que consigamos estabelecer uma

posição final; b) ao estabelecermos a ancora passamos a buscar informações que a justifiquem, efeito do viés da confirmação.

Desta forma, é possível que o viés da ancoragem nos leve a decisões diferentes mesmo que estas sejam tomadas em realidades equivalentes (MENDES-DA-SILVA E YU, 2009).

3.1.2.3 Viés de eventos conjuntivos e disjuntivos

Estudos de Tversky e Kahneman (1974) apontaram que possuímos tendência a superestimar a possibilidade de ocorrência de eventos que acontecem de forma conexas com outros (eventos conjuntivos); e subestimamos a possibilidade de eventos independentes acontecerem (eventos disjuntivos).

Eventos conjuntivos podem ser vistos em diversas situações, as obras públicas, por exemplo, são acontecimentos que perpassam por diversos estágios até chegar à sua conclusão, dentre outros, o estágio do planejamento, da análise jurídica do processo, da licitação, da execução da obra. “A tendência geral de superestimar a probabilidade de eventos conjuntivos leva ao otimismo injustificado na avaliação da probabilidade de que um projeto será bem-sucedido ou de que um projeto será completado a tempo” (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974, p. 662). Assim, com um otimismo enviesado podem ocorrer erros no estabelecimento de cronogramas e de orçamento inicial, por exemplo.

De outro modo, quando percebemos que apenas uma falha de muitas precisa acontecer para um evento dar errado, acabamos por subestimar as probabilidades que essa única falha ocorra. Essa tendência enviesada de perceber eventos disjuntivos pode prejudicar a análise de estruturas complexas como o corpo humano, por exemplo (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974).

3.1.2.4 Viés do excesso de confiança

Conforme os apontamentos de Moore e Healey (2008), este viés pode ser apresentado de três maneiras distintas: a) Excesso de confiança como a crença excessiva nas próprias habilidades necessárias para alcançar sucesso, demonstrar desempenho ou estabelecer controle (superestimação); b) Excesso de confiança que permite o indivíduo acreditar ser melhor que outros de seu grupo quando na verdade ele é somente melhor que a média deles (sobreposição); c) Excesso de confiança que faz o indivíduo apresentar certeza excessiva sobre a precisão da própria crença (excesso de precisão).

Apesar deste detalhamento ampliar as possibilidades de distinção do excesso de confiança, as descrições de Bazerman e Moore (2010) focalizaram a superestimação das habilidades, ressaltaram que é necessário acreditar nas próprias capacidades para, entre outros, alcançar realizações pessoais ou demonstrar confiança diante dos outros, contudo, assim como com outros vieses podem ocorrer consequências para o processo decisório.

Considerando que intuitivamente buscamos a confirmação para nossas crenças por meio de buscas seletivas na memória, e do mesmo modo, estabelecemos ajustes insatisfatórios para definir uma decisão a partir de ancoras, se torna possível que o excesso de confiança oriente o julgamento de modo a desconsiderar imperceptivelmente posicionamentos contrários aos nossos, ou ainda é possível que a superestimação de nossas habilidades esteja apoiada em fracas evidências. O excesso de confiança injustificado, sem qualquer tipo de filtro ou precisão pode ser bastante pernicioso ao processo de decisão.

3.1.2.5 Viés da previsão retrospectiva e a maldição do conhecimento

“Eu sabia!” Esta exclamação é muito comum após a definição de determinados eventos, um jogo de futebol, por exemplo, no qual um jogador erra o pênalti cujo acerto lhe garantiria o campeonato, e por conta disto o torcedor insatisfeito solta tal afirmação. Aquela frase muitas vezes pode deixar transparecer que somos capazes de prever o resultado de algo que acabamos de ver acontecer, ou seja, por ela podemos estar alardeando a consumação do viés da previsão retrospectiva.

Mas sem saber o resultado, como de fato se mostraria a crença de muitos torcedores antes da batida do pênalti? A previsão retrospectiva possibilita que os indivíduos acreditem em percepções enviesadas de fatos guardados na memória, fatos que podem não representar com fidedignidade o resultado verificado (Bazerman e Moore, 2010). Aprender com o passado, sem dúvida, é uma característica importante, no entanto, se torna necessário que saibamos julgar embasados por questões legitimamente construídas, seja durante a partida ou em um processo, e não apenas pelos resultados finais obtidos.

Baseada também no que acreditamos conhecer, a maldição do conhecimento se apresenta como viés quando ao avaliar o conhecimento de outros indivíduos não conseguimos ajustar o conhecimento que possuímos com aquilo que o avaliando não sabe. Na percepção de Bazerman e Moore, o “conhecimento que está disponível é difícil de esquecer quando você está

imaginando quanto os outros sabem a respeito de algo; a sofisticação impede um julgamento justo” (p. 53, 2010).

A comunicação entre aquele que domina certo conhecimento e aquele que pouco ou nada sabe pode ser bastante difícil sem os devidos ajustes, situação que o professor em sala de aula busca evitar quando recorre, por exemplo, a didáticas alternativas para ensinar um conteúdo considerado difícil para seus alunos. Um julgamento enviesado pela maldição do conhecimento ocasiona a indiferença ao julgarmos o nível de conhecimento de outros, pelo viés, o emissor acreditará que a mensagem enviada sempre esteve carregada da clareza necessária para o receptor entendê-la.

3.1.3 Heurística da representatividade

Quantas vezes já não expressamos julgamentos baseados na semelhança? Com certeza, inúmeras. Pela semelhança podemos julgar que um objeto A pode muito bem pertencer à categoria B, ou ainda, que um processo A pode ser originado de um acontecimento B, tudo devido as similaridades identificadas entre um e outro. A partir do que se tem definido para a Heurística da Representatividade, julgamentos fundamentados na semelhança tendem a substituir julgamentos de probabilidade (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974). Uma decisão enviesada pela representatividade define como altamente provável que um objeto ou um acontecimento sejam representativos ou originados de um grupo ou acontecimento por avaliar em primazia as semelhanças aparentes.

Bazerman e Moore (2010), ressaltam que existem boas ocorrências do uso desta heurística, sendo que trazem como exemplo a ação do botânico que classifica determinada espécie de planta a partir das características comuns verificadas em relação a outras. Ressaltam ainda que administradores podem buscar prever o desempenho de profissionais a partir do desenvolvimento de base categórica representativa do profissional desejado. Para aqueles autores, em alguns casos o uso da heurística da representatividade de fato pode nos permitir atenção às melhores alternativas, contudo, ela também pode viabilizar sérios erros de julgamento.

3.1.3.1 Viés da insensibilidade aos índices básicos

O caminho das heurísticas nos permite julgamentos rápidos e sem esforço, além destas características, ao julgamento baseado na representatividade acrescenta-se a insensibilidade às

variáveis que podem compor o cálculo de probabilidades (GARCIA-MARQUES E FERREIRA, 2003).

O viés da insensibilidade aos índices básicos pode se confirmar a partir do momento em que ignoramos dados básicos durante o processo de decisão, como por exemplo, o empreendedor que, por um lado, desperdiça tempo imaginando o sucesso, e por outro, desconsidera as taxas de sucesso já existentes para negócios semelhantes ao que deseja estabelecer (BAZERMAN E MOORE, 2010). Segundo Tversky e Kahneman (1974), é possível que mesmo diante da evidência, o efeito da representatividade nos leve a ignorar probabilidades de resultados anteriores, no entanto, diante da falta de qualquer evidência que viabilize comparações, as probabilidades a priori poderão ser levadas em consideração.

3.1.3.2 Viés da insensibilidade ao tamanho da amostra

Outro erro sistemático obtido a partir da heurística da representatividade acontece quando o desenvolvimento de probabilidades a partir de resultados desconsidera o tamanho da amostra, privilegiando avaliações da amostra pelos padrões de semelhança desta com a população a qual pertence.

Não raro a probabilidade de um resultado de uma amostra é avaliada por sua similaridade com o parâmetro correspondente na população. Os indivíduos, ao empregarem essa heurística, falham por não considerar o tamanho da amostra, mesmo quando ela está enfatizada na formulação do problema (TONETTO et al., p. 186, 2006).

Tversky e Kahneman (1974), ressaltam que mesmo sendo expostas a exemplos, poucas pessoas percebem no decorrer de uma vida a importância do tamanho da amostra como regra fundamental da estatística. “Princípios estatísticos não são aprendidos com a experiência do dia a dia porque as ocorrências relevantes não estão codificadas do modo apropriado” (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974, p. 665), a falta desta codificação torna mais fácil e natural julgar pela semelhança do que pela probabilidade da ocorrência de eventos.

3.1.3.3 Viés da interpretação errada de chance

É comum que os indivíduos considerem sequências obtidas a partir de processos aleatórios como características essenciais desse processo. Esta insensibilidade baseada também na comparação da similaridade permite a crença de que “amostras aleatórias de uma população assemelham-se mais com essa do que as previsões derivadas da teoria estatística de amostras”

(TONETTO et al., p. 186, 2006). O exemplo do cara (1) ou coroa (2) apresentado por Tversky e Kahneman (1974) é bastante elucidativo deste viés, pois, por ele fica demonstrado que é mais fácil darmos chances reais de acontecer para a sequência 1-2-1-2-2-1 do que para 1-1-1-2-2-2 ou para 1-1-1-1-2-1. É convencional que acreditemos que eventos aleatórios de fato se mostrem aleatórios, neste caso, faz mais sentido acreditar no equilíbrio das probabilidades e não em sequências.

Deste viés identificado por Bazerman e Moore como “interpretações erradas de chance” (p. 30, 2010), consta ainda a “falácia do jogador”, para a qual, deve-se manter alta as probabilidades de acerto à medida que eventos sequenciais de sucesso se repitam ou que a ocorrência deles interrompa sequências consideradas negativas. Segundo aqueles autores, o fato da mente humana conseguir perceber padrões com facilidade, até mesmo onde eles não existam, influencia esse tipo de julgamento. Exemplos variados da falácia do jogador vem dos esportes, neles, torcedores ou apostadores fortalecem suas convicções à medida que uma jogada é confirmada conforme se acreditou, mesmo que a jogada certa tenha vindo depois de dez outras jogadas erradas. Acreditar que repetidos eventos negativos serão interrompidos e revertidos com a ocorrência de um único acerto positivo, continuar mantendo alta a probabilidade de acertos apenas pela identificação de padrões aleatórios de desempenho, desconsiderando questões como habilidade e propriamente as probabilidades reais de sucesso que em alguns casos podem diminuir à medida que o tempo é considerado, pode incorrer em consequências negativas também no mundo das organizações.

3.1.3.4 Viés da regressão à média

Com o reconhecimento de que entre os princípios básicos da estatística está o fundamento de que desempenhos considerados excepcionais podem regredir à média dentro de determinado tempo, chegamos ao próximo viés oriundo do julgamento pela heurística da representatividade, denominado Regressão à Média (BAZERMAN E MOORE, 2010).

Neste viés a percepção é que não conseguimos efetivar boas aplicações daquele fundamento, pois, geralmente não o identificamos onde ele deveria acontecer ou quando identificamos passamos a desenvolver justificativas frágeis para sua ocorrência (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974). Para o primeiro caso podemos exemplificar com o vendedor que superou as metas do mês anterior e para o qual passa-se a acreditar apenas que aquela realidade irá se repetir nos meses seguintes. Para a segunda aplicação mencionemos o aluno que volta ao

rendimento normal após um período excepcional de rendimento escolar, e cujo os pais avaliam que as recompensas recebidas (elogios, regalias) podem ter prejudicado a continuidade do ótimo desempenho (BAZERMAN E MOORE, 2010).

A ressalva para essa tendência de aplicar a regressão à média de forma equivocada é de que há a necessidade de muita atenção para não se planejar o futuro a partir de uma correlação única com o passado.

3.1.3.5 Viés da falácia da conjunção

A falácia da conjunção, erro sistemático também possível a partir de avaliações baseadas na similaridade, apresenta-se quando o indivíduo acredita que a ocorrência de dois eventos conjugados é mais possível de acontecer do que cada evento acontecer sozinho (TONETTO et al., 2006).

De acordo com Bazerman e Moore, “uma das mais simples e fundamentais leis da probabilidade é que um subconjunto não pode ser mais provável do que um conjunto maior que inclua completamente o subconjunto” (p. 37, 2010). Intuitivamente costumamos visualizar simetria entre eventos, pessoas e até mesmo comportamentos, com isto, a ocorrência de uma conjunção se torna mais falsamente evidente que algo que ocorra de forma isolada (BAZERMAN E MOORE, 2010).

Como vimos, existem boas ocorrências da heurística da representatividade, contudo, o fato de inconscientemente desenvolvermos julgamentos baseados na similaridade podem consubstanciar atitudes para as quais normalmente nos posicionamos contrários, a discriminação racial, por exemplo. Esse comportamento intuitivo pode ser possível por acreditarmos com facilidade em informações que podem não representar a totalidade de uma realidade ou informações pouco confiáveis, mesmo pessoas que dominam o conhecimento estatístico podem ser passíveis da influência desta heurística (BAZERMAN E MOORE, 2010).

3.2 Análise da decisão na administração pública

A administração pública brasileira se expressa por ações diretas e indiretas dos poderes constituídos da república que abrangem conjunto grande e distinto de áreas de atuação, regulam e implementam medidas que impactam e modificam, por exemplo, a formulação de políticas

públicas, a produção e consumo de produtos e serviços, normatizam liberdades, constroem e dissolvem direitos e deveres, comprovadamente afetam a vida de todos de alguma forma.

Em todas as áreas abarcadas pela administração pública são postas em prática diariamente diversas escolhas definidas por meio de processos de decisão de agentes e/ou servidores públicos, sejam elas, de maior ou menor complexidade, pequeno ou grande impacto, as decisões são o resultado do julgamento de alternativas pelos indivíduos (TONETTO et al., 2006).

Como destacado, o processo de julgamento e avaliação é estabelecido através de processos cognitivos diferentes, um que pode externalizar decisões intuitivas e rápidas, e outro que se apresenta como mais analítico e lento, ambos podendo promover o uso de desvios heurísticos (KANEMAN, 2011; GOMES, 2017). Sendo a decisão uma atividade mental que se efetiva através de sistema cognitivo dual caracterizado por limitações de racionalidade (SIMONS, 1980, 1987, 1997; TVERSKY E KAHNEMAN, 1974; KANEMAN, 2003, 2011; BAZERMAN E MOORE, 2010), e considerando que as atividades da administração pública são postas em prática após processos de decisão revestidos de legalidade, cuja eficiência e eficácia são princípios a serem buscados e atendidos, se tornam salutares propostas de pesquisa que desvelem a complexidade contida nas muitas formas como se materializa o atendimento do interesse público, que por sua vez não pode acontecer por meio de decisões sem fundamentação ou por impulso.

De acordo com Dabrosz-Drewnowska (2021), o campo da economia comportamental, que possibilitou a ampliação do conhecimento a respeito da influência das heurísticas sobre o processo de decisão, conseguiu nas últimas décadas, com o apoio da psicologia cognitiva e da neurociência, constituir estudos fundamentais para compreensão de como as decisões são processadas por meio de nossa racionalidade limitada. De acordo com a autora, a compreensão sobre como os indivíduos processam suas decisões podem impactar positivamente o setor público, sendo que iniciativas institucionalizadas baseadas nos Estados Unidos e no Reino Unido tem sido colocadas em prática na intenção de mostrar aos decisores como a administração pública pode utilizar os conhecimentos da economia comportamental para melhor desenvolver e aplicar políticas públicas, e mesmo construir ferramentas que estimulem os cidadãos a fazer melhor proveito dos serviços ofertados.

A economia enquanto área que demanda atenção constante dos governos mundo afora, foi bastante afetada pelo reconhecimento das limitações da racionalidade e do uso de heurísticas para tomada de decisão. Os postulados de Herbert Simon questionaram as visões clássica e neoclássica que guiavam até então o pensamento econômico, possibilitaram a revisão da definição que decisões seriam o resultado de um processo racional lógico e eficiente das informações disponíveis, pelo qual, as escolhas deveriam representar a maior utilidade possível (DABROSZ-DREWNOWSKA, 2021; SILVA et al., 2021); tornou possível a substituição da visão econômica usual baseada em oferta e demanda por outra que reconhecia a complexidade da realidade através da ótica da psicologia e da ciência comportamental (BALESTRIN, 2002). Complementarmente, os estudos de Amos Tversky e Daniel Kahneman reconhecendo as limitações de racionalidade dos indivíduos constituíram amplo legado sobre o processo cognitivo voltado à resolução de problemas e a tomada de decisão, possibilitando à teoria econômica o reconhecimento da influência das heurísticas sobre o comportamento das pessoas ao consumir produtos ou fazer investimentos, por exemplo (SILVA et al., 2021).

As posições de Simon, Tversky e Kahneman tem reconhecido impacto na microeconomia, pois proporcionam base para analisar como se comportam consumidores e organizações quando da contratação de serviços, decisões sobre investimentos, poder de compra, dentre outros aspectos (STEINGRABER E FERNANDEZ, 2013; SBICCA, 2014). No contexto econômico global, percebe-se com facilidade que o comportamento econômico dos indivíduos e organizações sofrem grande influência das regulamentações efetivadas pela administração pública.

Estudos que reconhecem o impacto das heurísticas também estão sendo consumados através da área do direito, seja o direito mediado através do poder público ou não. Tentativas de explicar o comportamento judicial costumam assumir que a aplicação do raciocínio jurídico deveria considerar, no mínimo, sua vinculação com os normativos existentes, adoção de interpretações próprias do direito, e atenção às fontes históricas que deram origem à tais normas, contudo, essa forma de modelar o raciocínio jurídico não considera as limitações no processamento de informações pelo cognitivo e a possibilidade de enviesamento das decisões dos aplicadores do direito (LEAL E RIBEIRO, 2016).

Para Braaten e Tsai (2023), promotores do Ministério Público estão suscetíveis a vieses durante as investigações, tendo em vista que os indivíduos tem tendência inconsciente a

valorizar a busca pela confirmação de suas hipóteses, e também supervalorizar informações que confirmem suas teorias iniciais, situação que pode, dentre outros, contribuir para influenciar investigações através da distorção da robustez de provas. Leal e Ribeiro (2016), trataram dos efeitos do viés da ancoragem sobre decisões judiciais voltadas à reparação de dano moral, os autores percebem que as análises nesta situação devem considerar características específicas de cada caso para as quais não constam parâmetros definidos pelo direito, dando margem para que as partes e magistrados estabeleçam indenizações a partir de valores de referência, ou seja, uma âncora.

Há de se reconhecer que a base de estudos hoje existente tem proporcionado esclarecimentos eficientes sobre o funcionamento da mente, desde os anos 1960 tem-se constituído base teórica descritiva altamente relevante sobre como processamos informações na intenção de tomar decisões, certo que alguns fronts do conhecimento podem ter sido mais resistentes, já outros foram mais ágeis em reconhecer as limitações da racionalidade e o poder de influência das heurísticas sobre o processo decisório, permitindo a construção de novas perspectivas e a renovação dos postulados a partir das especificidades de cada área. Horta (2019), destaca que o direito foi uma área mais contida em relação aos posicionamentos que revisaram o entendimento sobre como acontecem o processo cognitivo voltado à tomada de decisão, isto, devido ao apego a uma visão de racionalidade lógica cujo modelo decisório deveria seguir regras específicas para gerar resultados eficientes.

Embora a comunidade jurídica tenha sido lenta em reconhecer a existência desses vieses cognitivos nas atividades decisórias, a sua importância não pode ser mais ignorada. As consequências das limitações da racionalidade humana na prática forense são reais e podem resultar em injustiças concretas [...]. Porém, parte da resistência em se aceitar a influência de fatores extrajurídicos resulta da incompreensão de como a mente funciona. Muito do discurso prevalente sobre como decisões “justas” podem ser tomadas de forma “isenta” ainda aposta numa visão da racionalidade de séculos atrás, como se a Psicologia, a Biologia e as Neurociências não tivessem avançado a passos largos nas últimas décadas (HORTA, 2019, p. 86).

São muitas as possibilidades de aplicação da teoria da decisão desenvolvida a partir dos estudos da economia comportamental, não seria diferente para área da administração pública, para a qual, o potencial do uso dos conhecimentos sobre heurísticas e vieses podem ocasionar o refinamento de decisões que afetam diretamente a população.

O reconhecimento e percepção da influência de heurísticas e vieses cognitivos sobre o comportamento daqueles que desenvolvem políticas públicas pode proporcionar intervenções menos ineficientes pelo poder público. “A compreensão pelo Estado dos fenômenos cognitivos que impactam a racionalidade dos seus agentes faz-se cada vez mais urgente e os benefícios estruturais de ações concretas para mitigação desses efeitos são indispensáveis à melhor atuação governamental” (TABAK E AMARAL, p. 489, 2018).

Vimos que as heurísticas têm sua contribuição para a definição de uma decisão mais ágil, afinal, nem tudo que nos chega requer uma construção cognitiva altamente elaborada, porém, quando de sua utilização inadequada constatamos que elas podem viabilizar, dentre outros: avaliações pouco justas pela facilidade com que certos fatos ou eventos estão mais disponíveis na memória; decisões baseadas em pontos de partida insuficientes; superestimação de habilidades de modo a desconsiderar inconscientemente outras possibilidades de ajustes para um melhor julgamento; julgamentos discriminatórios; valoração da comparação pela semelhança.

Battaglio Jr et al. (2018) destaca que as decisões no setor público são moldadas em contextos nos quais o acesso a dados, tecnologia e a uma conjuntura política desafiadora contribuem para a complexidade do processo de tomada decisão, o que faz com que gestores públicos tenham que superar não apenas as limitações cognitivas, mas também as limitações do ambiente no qual desenvolvem suas atividades.

Diante disto, e considerando que os indivíduos podem ter sua decisão influenciada pela forma como se estruturam os problemas, pela imposição de normatizações, conceitos e aspirações pessoais, é compreensível que servidores ou agentes públicos estejam passíveis de também decidir por meio de julgamentos enviesados, afinal, são seres humanos como quaisquer outros, porém, diante da abrangência e assertividade que políticas e atos públicos devem ter, se torna de extrema relevância a ampliação do conhecimento sobre o impacto das heurísticas sobre o processo de decisão, inclusive na área da gestão da educação pública superior, possibilitando a divulgação do conhecimento e colaborando para que os decisores tenham práticas efetivamente condizentes com o interesse público.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, essa pesquisa adota a abordagem qualitativa descritiva, pois se trata de um estudo em que a realidade complexa e distinta nos leva à necessidade de conduzir pesquisa no formato de estudo de caso, afinal, este “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, p. 58 e 59, 2008). Creswell complementa essa perspectiva ao afirmar que estudo de caso “é uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos” (p. 38, 2010), nesta pesquisa buscamos explorar a curricularização da extensão no *locus* da UFRR.

O direcionamento qualitativo da pesquisa acontece justamente por necessitar realizar a pesquisa de campo onde o problema é vivenciado; por se investigar diferentes fontes de informação; e por permitir que o pesquisador aprenda com o significado que os pesquisados dão ao problema de pesquisa (CRESWELL, 2010). Cooper e Schindler reconhecem que, “pesquisa qualitativa inclui um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir e, de outra forma, apreender o significado, e não a frequência, de certos fenômenos ocorrendo de forma mais ou menos natural no mundo social” (2011, p. 164).

4.1 Técnicas de pesquisa

Cooper e Schindler (2011) destacam que a efetivação de pesquisa de escopo qualitativo pode acontecer por meio de diversas abordagens de coleta de dados, dentre elas, o conjunto de técnicas inclui grupos de discussão, entrevistas individuais em profundidade (EIP), estudos de caso, etnografia, entrevistas, pesquisa-ação e observação, análise de documentos. Para esse estudo, foram utilizadas as técnicas de análise documental e aplicação de questionário. O protocolo completo desta pesquisa pode ser observado no Apêndice A.

Estabelecemos base informacional a partir do levantamento e análise documental e bibliográfica visando subsidiar o pesquisador com conhecimento sobre a forma com que a legislação e a UFRR vêm abordando questões relacionadas à curricularização da extensão e sobre a influência de heurísticas e vieses no processo cognitivo de decisão dos indivíduos.

A análise de documentos foi complementarmente instrumentalizada pela utilização do editor de texto online “AnyTextEditor”, ferramenta que permitiu a verificação dos PPCs dos cursos alvos da pesquisa e a Resolução nº Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 do

CNE, de modo a identificar a existência de proximidade ou afastamento da semântica entre estes documentos, com o objetivo de perceber ou não similaridades entre eles, condição que pode ou não denunciar um raciocínio orientado por heurísticas nos textos dos documentos que homologam os formatos de curricularização da extensão adotados pelos cursos de graduação da UFRR.

Para o procedimento de coleta de dados tornou-se necessária a aproximação entre o pesquisador e os coordenadores dos cursos que já possuem a curricularização da extensão aprovada em Projeto Pedagógico. Essa iniciativa permitiu a adesão do público alvo para responder ao questionário e ainda para o reconhecimento de especificidades do processo para escolha do formato de curricularização da extensão adotado pelos cursos.

Dentre as técnicas possíveis para coleta de dados primários optamos pela aplicação de questionário eletrônico (Apêndice B), já que o desenvolvimento da pesquisa só se tornou possível com a captura da perspectiva direta dos agentes enlaçados pelo fenômeno (FERNANDEZ, 2012).

As questões que compõe o instrumento de coleta de dados foram desenvolvidas a partir do entendimento do pesquisador sobre as heurísticas e vieses delimitados no referencial teórico, e abordaram aspectos individuais e coletivos do processo de decisão dos docentes. Dentre outras, foram apresentadas questões sobre os critérios que orientaram as decisões individuais; conhecimento prévio sobre o assunto em debate; pertinência das reuniões colegiadas; resultados obtidos após a implantação do modelo aprovado; otimismo com os resultados da curricularização.

Entre os dias 02 e 29 de setembro de 2024, foi efetivado pré-teste do questionário com três docentes da própria UFRR que não faziam parte do grupo referencial da pesquisa. Esta iniciativa visou garantir padrão de escrita e entendimento das questões pelos respondentes, e claro, garantir maior possibilidade de alcance dos objetivos da pesquisa. Os feedbacks recebidos apontaram apenas a necessidade de correções gramaticais no texto de algumas das questões.

A aplicação do questionário aconteceu após contato presencial com os coordenadores de curso, no período de 07 a 08 de outubro de 2024, essa estratégia possibilitou explicar a intenção da pesquisa e garantir a sensibilização necessária para que respondessem o referido instrumento. De comum acordo, os docentes receberam o link do questionário via e-mail, sendo que as respostas foram recebidas entre os dias 08 e 14 de outubro de 2024.

O questionário foi estruturado com perguntas abertas e fechadas, cuja parte introdutória continha texto explicativo da temática da pesquisa e de orientação sobre o preenchimento. O referido instrumento estava formatado com dois grupos de questões: a) Questões gerais que buscavam estabelecer perfil do público respondente, além de abordar detalhes preliminares do processo de decisão que vivenciaram nos cursos; b) Questões específicas que tratam do tema da pesquisa.

4.2 Corpus da pesquisa

A pesquisa de campo foi desenvolvida com recolhimento de informações junto aos cursos de graduação da UFRR que concluíram as discussões destinadas à definição do modelo de curricularização da extensão e que por consequência já tinham seu PPC devidamente aprovado.

Vale ressaltar que a UFRR conseguiu regulamentar internamente as diretrizes para curricularização da extensão em 2021, e que, até dezembro de 2023, quinze (15) cursos já tinham homologado a carga horária de extensão em seus currículos. Contudo, na intenção de abordar docentes que tivessem passado pelo processo de discussão e decisão de forma mais recente, optamos por estabelecer o corte temporal da pesquisa entre os anos de 2022 e 2023, ou seja, o foco da pesquisa foram os cursos de graduação que neste período concluíram os procedimentos para alteração de seu PPC a fim de atender a demanda ocasionada pela Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 do CNE. São eles:

- Bacharelados: Ciências Sociais, Direito, Enfermagem, Geografia, Relações Internacionais;
- Licenciaturas: Educação do Campo, Ciências Biológicas, Letras Português, Pedagogia;

A saturação para definição do tamanho da amostra se tornou intencional devido a complexidade do tema e diversidade das perspectivas que poderiam ser alcançadas por meio das respostas obtidas do conjunto total de nove coordenadores de curso dentro do período em análise. Entretanto, é preciso mencionar que a determinação da saturação não é uma tarefa fácil e pode ser influenciada por diversos fatores, como o objetivo da pesquisa, a profundidade da análise e a experiência do pesquisador (Fusch e Ness, 2015). “A saturação ocorre quando novos dados não fornecem novas informações” (Fusch e Ness, p. 210, 2015). Nesse sentido, a saturação não deve ser entendida como um fim absoluto do processo de coleta de dados, mas

sim como um ponto em que a pesquisa alcança seu objetivo e o acúmulo de dados não leva a uma melhoria significativa no entendimento do fenômeno estudado (CRESWELL, 2017). Optamos pela concentração na qualidade e na diversidade das informações e do corpus desta pesquisa.

Essa opção por buscar capturar o posicionamento do número total de coordenadores se deve também pela complexidade de análise do tema abordado, e pela possibilidade de se obter um conjunto pertinente e diverso de posicionamentos a partir da amostra definida. Segundo Campos e Saidel (2022), as estratégias de amostragem se dividem basicamente em probalísticas e não probalísticas, as primeiras sendo cabíveis a estudos quantitativos, e as segundas sendo adequadas a propostas de estudo qualitativo.

Destacam aqueles autores, que dentre os tipos de construção amostral não probabilística utilizados na pesquisa qualitativa está a técnica de indicação intencional, a qual, consiste na “indicação deliberada de participante ou informantes típicos da população, baseando-se na experiência e capacidade do pesquisador em reconhecer características destes indivíduos em propiciar a informação de dados relevantes para análise dos objetivos da pesquisa” (Campos e Saidel, p. 411, 2022).

Neste sentido, vale mencionar que o pesquisador exerce suas funções na unidade da UFRR que trata da gestão administrativa da extensão universitária, fato que lhe permitiu base para vislumbrar o problema de pesquisa e ainda reconhecer o perfil docente que melhor se adequaria como fonte de informação para desenvolver a interpretação do estudo de caso. Diante disto, e das delimitações já apresentadas para a pesquisa, a definição da amostra se estabelece como ato deliberado do pesquisador.

Ao estabelecermos saturação intencional não vislumbramos alcançar uma lógica numérica de participantes, mas captar opiniões que nos levem a perceber significados e perspectivas do público alvo que nos conduzam à realização da pesquisa (Campos e Saidel, 2022).

Além disso, visando colher a opinião de profissionais que de fato tivessem participado das discussões no âmbito de seus cursos, condicionamos a participação dos nove coordenadores ao atendimento dos seguintes critérios: ser servidor efetivo da instituição; ter atuado na coordenação ou membro de equipe de ações de extensão de 2022 a 2023; e ter participado de todo o processo que culminou com o PPC aprovado.

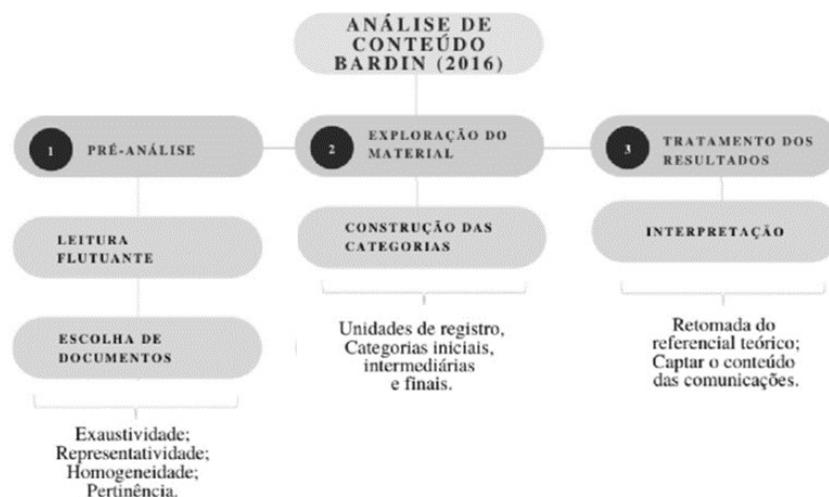
O fato de termos constituído iniciativa de contato pessoal com os coordenadores de curso, e de termos estabelecido condicionantes para sua participação, nos permitiu identificar que do total de nove (9) profissionais inicialmente previstos, apenas cinco (5) estavam aptos a responder o questionário. Foi constatado que três (3) coordenadores estavam na instituição a menos de um ano, e um (1) destacou não ter participado das discussões em seu curso, por isso, não se sentia apto a colaborar com a pesquisa. Deste modo, se tornaram respondentes do questionário apenas os coordenadores dos cursos de Ciências Sociais, Direito, Educação do Campo, Enfermagem e Geografia.

4.3 Método de Análise dos dados

O tratamento de dados é uma das etapas mais importantes em uma pesquisa, uma vez que é a partir dele que se obtêm as respostas para as suas questões. Quanto à análise das informações de dados qualitativos, foi adotado a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016).

O tipo de análise foi escolhido em razão de se desejar compreender o significado das questões, a partir da classificação do conteúdo no texto, de forma a alocar os relatos a um sistema de categorias com a análise semântica dos dados (FLICK, 2013). A análise de conteúdo envolve uma série de etapas, como a seleção das unidades de análise, a construção de categorias e a interpretação dos resultados, como está demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Análise de conteúdo



Fonte: Bardin (2016).

A pré-análise é uma etapa crítica no processo de análise de conteúdo. Nesta dissertação foi elaborada uma leitura flutuante nas diretrizes da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação em seguida foram definidos quais documentos seriam utilizados nesta pesquisa, conforme disposto no Apêndice A. Bardin (2016) aborda que as unidades de análise podem ser palavras, frases, parágrafos.

Após isso, foi levantado o material do referencial teórico que balizou a construção da análise do processo decisório dos coordenadores na implantação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRR, através das heurísticas de disponibilidade, de representatividade e de confirmação.

As categorias foram construídas *a priori* com base nos temas e conceitos do referencial teórico, elas estão apresentadas na seção seguinte. Elas foram usadas para classificar e organizar as unidades de análise, formação do questionário e, posteriormente, para interpretar os resultados.

4.4 Categorias de Análise

Para a presente pesquisa, utilizou-se categorias definidas *a priori*, de acordo com os objetivos da pesquisa e com base na literatura sobre o tema. Deste modo, as categorias cerne da pesquisa ficaram identificadas e divididas conforme as heurísticas e vieses explicitados no item que trata da revisão de literatura, as quais, estão correlacionadas diretamente às questões do questionário de pesquisa. É preciso mencionar que as questões iniciais do questionário (1 a 6) são introdutórias e abordam o perfil do respondente, sua forma de perceber o próprio raciocínio, e ainda responder questões preliminares do processo de decisão. Na Tabela 3, estão as categorias, autores consultados e as questões do questionário.

Tabela 3 – Categorias de Análise

Categoria 1 Tipo: Heurísticas	Questões (Nº)	Categoria 2 Tipo: Vieses	Questões (Nº)	Autores
Heurística da Disponibilidade	• 7.	• Viés da facilidade de lembrança	• 8; 9.	Bazerman e Moore, 2010 Tversky e Kahneman, 1973, 1974 Tonetto et al., 2006 Ciarelli e Ávila, 2009
		• Viés da recuperabilidade	• 10.	
Heurística da Confirmação	• 11; 12.	• Viés da armadilha da confirmação	• 13; 14; 15; 16.	Peter Wason, 1968 Sigette, 2017 Kahneman, 2003 e 2011 Bazerman e Moore, 2010
		• Viés da ancoragem	• 17; 18.	

		<ul style="list-style-type: none"> • Viés de eventos conjuntivos e disjuntivos 	<ul style="list-style-type: none"> • 19; 20; 21; 22; 23. 	Devlin e Billings, 2018
		<ul style="list-style-type: none"> • Viés do excesso de confiança 	<ul style="list-style-type: none"> • 24; 25. 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Viés da previsão retrospectiva e a maldição do conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • 26; 27; 28; 29. 	
Heurística da Representatividade	<ul style="list-style-type: none"> • 30; 31. 	<ul style="list-style-type: none"> • Viés da insensibilidade aos índices básicos 	<ul style="list-style-type: none"> • 32; 33; 34. 	Tversky e Kahneman, 1974 Bazerman e Moore, 2010 Kaneman, 2003 Mendes-da-Silva e Yu, 2009 Moore e Healey, 2008 Garcia-Marques e Ferreira, 2003 Tonetto et al., 2006
		<ul style="list-style-type: none"> • Viés da insensibilidade ao tamanho da amostra 	<ul style="list-style-type: none"> • 35; 36. 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Viés da interpretação errada de chance 	<ul style="list-style-type: none"> • 37. 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Viés da regressão à média 	<ul style="list-style-type: none"> • 38. 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Viés da falácia da conjunção 	<ul style="list-style-type: none"> • 39; 40 	

Fonte: Esta pesquisa (2024)

4.5 Método de análise dos dados

A análise de dados é uma etapa importante, para qual são passíveis de uso estratégias que podem: confirmar a exatidão dos resultados da pesquisa qualitativa, efetivar a triangulação de diferentes fontes de informações, executar a conferência dos dados para determinar a precisão dos resultados, desenvolver descrição rica e densa para transmitir os resultados, apresentar informações negativas ou discrepantes que vão de encontro aos temas abordados, realizar observação *in loco*, estabelecer interrogatório de pares para aumentar a precisão do relato, utilizar auditor externo para revisão do projeto (Creswell, 2017).

Como parte do processo de análise pretendido, foi utilizado o editor de texto online “AnyTextEditor”, para condensar e destacar as informações, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2016). Diante do fato que o referido editor de texto permite perceber a proximidade ou afastamento da semântica linguística utilizada nos PPCs em relação à Resolução do CNE, podemos conseguir ou não identificar tendências do uso de heurísticas no raciocínio que viabilizou a construção daqueles documentos.

A interpretação das informações obtidas através da aplicação do questionário aconteceu através das categorias organizadas à priori, elas foram comparadas com as perspectivas apresentadas no Referencial Teórico. A análise comparativa acontecerá para a identificação de

padrões, semelhanças e diferenças do processo decisório que viabilizou a implantação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRR, de modo a verificar a influência das heurísticas da disponibilidade, da representatividade e da confirmação sobre o julgamento e decisão dos docentes.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados compilados a seguir, são frutos da aplicação de questionário junto aos coordenadores de curso. As questões iniciais que compõe o citado instrumento têm por objetivo apresentar perfil dos respondentes, identificar como eles caracterizam o próprio raciocínio, e ainda, abordar questões preliminares do processo de decisão que vivenciaram nos cursos. Os questionamentos que configuram as categorias de análise, conforme estabelecidas na Tabela 3, foram apresentados a partir do entendimento do pesquisador sobre as heurísticas e vieses descritos na literatura delimitada no item que trata do referencial teórico. Como fechamento ao questionário, foi estabelecido espaço para que os coordenadores pesquisados pudessem se manifestar livremente sobre as questões que envolvem a curricularização da extensão.

5.1 Perfil dos docentes

As questões introdutórias buscaram conhecer a idade, tempo de docência na UFRR e o gênero dos docentes que responderam à pesquisa. As respostas nos possibilitaram o seguinte perfil: Os docentes possuem faixa de idade entre 39 e 62 anos, ocorrendo idade média de 49,4 anos; O tempo de docência na UFRR variou entre 11 e 20 anos, ocorrendo tempo médio de 15,8 anos; Do total de docentes, 02 se identificaram como do sexo masculino, 02 do como do sexo feminino, e 01 como cisgênero. As características estão na Tabela 4.

Tabela 4 – Apresentação do perfil da pesquisa

Coordenador	Sexo	Idade	Tempo de docência	Tipo de processo cognitivo
1	Masculino	48	20	Tenho raciocínio rápido, automático, implícito e emocional
2	Feminino	39	13	Tenho raciocínio lento, consciente, explícito e lógico
3	Feminino	62	20	Tenho raciocínio rápido, automático, implícito e emocional
4	Masculino	54	11	Tenho raciocínio rápido, automático, implícito e emocional
5	Cisgênero	44	15	Tenho raciocínio rápido, automático, implícito e emocional

Fonte: Esta pesquisa (2024)

Como resposta à questão que buscou identificar o tipo de raciocínio predominante entre os pesquisados: 04 docentes se percebem como de raciocínio rápido, automático, implícito e emocional; 01 docente se percebe como de raciocínio lento, consciente, explícito e lógico. Estas respostas nos levam a ressaltar que o processo cognitivo que nos permite raciocinar de forma rápida, automática, implícita e emocional se torna aquele que mais usamos no decorrer de nossas vidas, tendo em vista ele orientar decisões sobre situações práticas do cotidiano dos

indivíduos. Já o processo cognitivo de perfil lento, consciente, explícito e lógico é exigido em situações mais complexas e momentos importantes (KANEMAN, 2003, 2011; BAZERMAN E MOORE, 2010).

5.2 Questões preliminares sobre o processo de decisão nos cursos de graduação

Conforme estabelecido na Resolução nº 40, de 24 de agosto de 2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRR, a inclusão da extensão no currículo dos cursos de graduação deve ser formalizada nos PPC's através de dois tipos de componentes curriculares: Atividade Curricular de Extensão e Componente Misto de Extensão. Como questão preliminar sobre o processo de decisão perguntamos aos docentes qual das duas formas foi aprovada para seus cursos, e constatamos unanimidade nas respostas obtidas, sendo que todos os cursos pesquisados optaram pelo componente Atividade Curricular de Extensão, cujo cumprimento da carga horária de extensão pode acontecer pelo desenvolvimento de ação de extensão em formato único, ações conjuntas, ou como parte de uma disciplina.

Outra questão abordou quais os critérios que mais se destacaram para orientar a escolha do formato de curricularização aprovado para o curso. Diante de apenas uma resposta que pareceu considerar a qualidade do trabalho docente (Coordenador 2), todas as outras destacaram critérios de cunho acadêmico, sem, contudo, apresentar conteúdo comum entre elas.

- O engajamento de nossos estudantes com a sociedade. A inserção do estudante na comunidade (Coordenador 1).
- Viabilidade de execução (Coordenador 2).
- Não interferir com a dinâmica já estabelecida no curso. Ou seja, as disciplinas que possuíam carga horária com 90h ou mais, poderiam simplesmente ser utilizadas para inserir o referido componente, no entanto, os professores que as ministravam não aceitaram a proposta, preferindo criar um componente novo o TCI - Trabalho de Campo Integrado para tal (Coordenador 3).
- Diálogo em colegiado e PRAE etc (Coordenador 4).
- A necessidade de responder as exigências de atualização das normativas a nível nacional, pensando uma nova curricularização que contribuísse para o enfrentamento a evasão universitária através da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão (Coordenador 5).

Em síntese, constatamos que os critérios abordaram: a possibilidade de inserção do discente na comunidade; a viabilidade de execução do modelo aprovado e de não intervenção na dinâmica já existente no curso; o diálogo estabelecido entre os docentes, e entre estes e as

unidades administrativas que tratam da gestão da extensão na UFRR; e ainda, a necessidade de atendimento da normativa como meio de combate à evasão universitária.

A seguir estão apresentadas as categorias de análise baseadas nas heurísticas e vieses descritos pela pesquisa.

5.3 Heurística da disponibilidade

Nesta categoria foi questionado aos pesquisados sobre a disponibilidade de informações ou exemplos sobre a construção e efetivação deste processo em outros cursos da UFRR ou mesmo em outras instituições no momento anterior ao início das discussões para curricularização da extensão em seu curso, foi observado que 03 respondentes afirmaram já possuir conhecimento prévio; e 02 não tinham qualquer informação.

Importante destacar que essa categoria alega que o conhecimento e os dados guardados na memória podem auxiliar a resolução de um problema, especialmente, aquele conhecimento ou dado que tenham se originado de situações frequentes, recentes e/ou específicas, os quais poderão ter maior facilidade de recordação do que outros que não possuam qualquer relação com a situação (BAZERMAN e MOORE, 2010).

Neste caso, a organização das informações visando a inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação pode ter sido mais fácil e assertiva para o grupo de docentes que já tinham conhecimento prévio sobre o assunto.

Viés da facilidade de lembrança

Visando avaliar a influência do conhecimento prévio dos pesquisados sobre suas decisões individuais acerca da curricularização da extensão, foi questionado quanto ao reconhecimento de semelhanças entre as propostas conhecidas previamente e o formato aprovado em seus cursos. Pelas respostas obtidas, constatou-se que 02 docentes não tiveram modelo prévio para basear a decisão; 02 afirmaram que o formato aprovado em seus cursos não possui qualquer semelhança com o que conheciam previamente; e 01 afirmou positivamente haver características semelhantes em relação ao modelo prévio que conhecia.

É preciso ressaltar que a decisão final sobre as alterações de um projeto pedagógico é definida por um colegiado de docentes, assim, mesmo com a maioria dos docentes tendo afirmado anteriormente que possuíam conhecimento prévio sobre o assunto antes das definições em seus cursos, é concebível e relevante que cada curso estabeleça critérios e prioridades

específicos para análise, o que reduz as chances de um modelo ser plenamente igual a outro em suas características, conforme podemos depreender a partir das respostas obtidas.

Para avaliar o peso da influência das informações e exemplos disponíveis previamente sobre a decisão individual dos docentes foi apresentada a seguinte escala de valor: quanto mais próximo de “zero” houve pouca ou nenhuma influência e quanto mais próximo de “cinco” houve muita influência. As respostas identificaram que 03 docentes optaram pelo valor dois da escala; 01 docente optou pelo valor três; e 01 docente optou pelo valor 4. Mesmo com a maioria dos docentes direcionando suas respostas para valor mais próximo de zero, ainda sim, consideramos a possibilidade de influência do conhecimento prévio sobre a decisão individual dos pesquisados, afinal, duas respostas se aproximaram bastante do peso maior definido na escala e nenhuma delas se reconheceu sem qualquer tipo de influência.

O viés possível a partir desta categoria de análise se configura pelo estabelecimento de decisões baseadas em experiências pessoais. Vale destacar que situações recentes ou requisitos de familiaridade podem nos fazer acreditar serem mais reais e relevantes durante o julgamento do que outros detalhes pouco frequentes, assim nos levando a manifestar decisões enviesadas (Bazerman e Moore, 2010).

Viés da recuperabilidade

Com a intenção de definir o conjunto de exemplos que dispunham os docentes e que serviram de base para o estabelecimento de suas decisões individuais, foi questionado sobre a quantidade de exemplos ou modelos de curricularização da extensão que tiveram acesso previamente, antes da elaboração em seu curso. As respostas afirmaram que 03 docentes conheciam de 1 a 2 modelos/exemplos; 02 afirmaram não ter nenhum.

Este viés nos leva a julgamentos baseados pela recuperação fácil de lembranças que fazem parte de grandes grupos de fatos disponíveis na memória (Ciarelli e Ávila, 2009), acreditamos que quanto maior o número de exemplos conhecidos pelo docente, maior será a possibilidade de recuperar lembranças que o auxiliassem em sua decisão individual sobre a inserção da extensão no currículo de seu curso.

5.4 Heurística da confirmação

A heurística da confirmação se configura pela tendência de buscar a confirmação de nossas hipóteses sobre determinado assunto ao invés de negá-las (Sigette, 2017), ou seja, é mais

fácil lidar com aquilo em que acreditamos conhecer, do que com aquilo que pode nos exigir maior atenção cognitiva ou que contrarie nossa posição.

Diante disso, foi questionado sobre a origem dos exemplos considerados pelos docentes em sua decisão individual, foi observado que, 03 docentes afirmaram ter considerado exemplos da UFRR; 01 afirmou ter considerado exemplos de outras instituições; e 01 afirmou não ter instituição para basear sua decisão.

Também foi apresentado aos pesquisados, o questionamento sobre o tipo de relação que eles possuíam com a instituição que mais lhe ofereceu base para sua decisão individual. Das respostas obtidas, 03 docentes afirmaram fazer parte do corpo docente da instituição; 01 afirmou não ter relação, tendo em vista, que ela surgiu como resultado de pesquisa; 01 docente afirmou não ter tido instituição para basear sua decisão individual.

Diante do grupo de respostas às duas questões, a maioria dos docentes se apoiou em exemplos da própria UFRR para definir sua posição individual, dando entendimento de que os cursos cuja curricularização da extensão foi definida com mais antecedência serviram de base para aqueles que viriam a discutir o assunto posteriormente, o que pode favorecer o estabelecimento de análise e revisão dos PPC's a partir da busca pela confirmação de atributos previamente estabelecidos e comuns entre as realidades dos cursos da instituição.

Viés da armadilha da confirmação

Com a intenção de reconhecer a pertinência das discussões colegiadas para os coordenadores pesquisados, e ainda, a influência destas discussões sobre a decisão individual dos docentes, foram apresentadas quatro questões. Para a questão aberta que abordou se as discussões ocorridas em colegiado fortaleceram a decisão individual defendida pelo docente, foram recebidas as seguintes respostas:

Sim. A inserção do acadêmico na comunidade assegura uma prática segura e o coloca em contato direto com o cidadão/paciente/cliente e este passa a ganhar experiências reais de aprendizado (Coordenador 1).

Forma de oferta e execução das atividades (Coordenador 2)

Não. Em princípio tinha muitas dúvidas sobre qual modelo adotar (Coordenador 3).

Sim! Diálogos sobre reformulação do PPC e adequação de documentação foram importantes para pensarmos a curricularização (Coordenador 4).

Sim, fortaleceram (Coordenador 5).

Observamos que 04 dos docentes (incluindo o posicionamento do Coordenador 2), confirmaram a pertinência das discussões colegiadas para o fortalecimento das decisões individuais, e as evidências apresentadas para ilustrar as afirmações destacaram aspectos distintos: o reconhecimento da inserção do acadêmico na comunidade, por meio da extensão, para experienciar o aprendizado através de situações reais; entendimento sobre a forma como serão ofertadas e executadas as atividades de extensão; esclarecimento sobre procedimentos para reformulação do PPC e adequação de documentos complementares.

Como resposta ao questionamento aberto sobre se as discussões colegiadas contribuíram para alterar a posição inicial do docente acerca do modelo de curricularização que eles defendiam para seu curso, foi observado que 02 docentes afirmaram que sua posição inicial não foi alterada; e 03 docentes confirmaram que tiveram alteração a respeito do modelo que defendiam para seu curso, seguem as respostas:

Não. As decisões foram discutidas e sugeridas pelo Núcleo Docente Estruturante NDE do nosso Curso e somente depois apresentada ao Colegiado para discussão e aprovação (Coordenador 1).

Não (Coordenador 2).

Sim. O modelo que eu pensei inicialmente acabava concentrando as atividades de extensão em alguns professores. Posteriormente, passei a defender o modelo ACE por trazer um maior número de docentes na sua execução (Coordenador 3)

Sim! Diálogo ajudou a esclarecer e deixar mais claro o que chamamos de curricularização (Coordenador 4)

Sim, diante das discussões a construção foi significativamente alterada (Coordenador 5).

Dentre os docentes que afirmaram mudança de posicionamento devido as discussões em colegiado foram destacadas evidências que retrataram maior compreensão entre os modelos de curricularização da extensão possíveis na UFRR (Art. 8º, Resolução nº 40/2021); e ainda, o reconhecimento sobre o que de fato vem a ser a curricularização da extensão, isto, tanto ao que parece se referir à exigência demandada pela legislação, quanto pelas formas deste processo ser formalmente estabelecido no currículo dos cursos de graduação da Universidade. Já dentre aqueles que afirmaram não ter tido sua posição alterada, foi evidenciado o formato como se processou as alterações do PPC, permitindo percepção de que as discussões em colegiado não acrescentaram alterações significativas à proposta de curricularização da extensão que lhe foi apresentada.

Também foi questionado aos coordenadores se suas decisões tinham sido construídas somente com base e durante as discussões ocorridas no âmbito do curso, as respostas destacaram: 03 pesquisados responderam sim; e 02 responderam não.

Para definirem sua posição acerca da pertinência das discussões do colegiado para construção de suas decisões individuais, foi apresentada escala com atributo de valor de zero a cinco, quanto mais próximo de “zero” as discussões foram pouco ou nada pertinentes e quanto mais próximo de “cinco” foram muito pertinentes. Três docentes atribuíram valor quatro; 02 atribuíram valor cinco, dando mostras que as discussões foram percebidas como de grande pertinência pelo grupo que respondeu ao questionário.

Pelo viés da armadilha da confirmação fica demonstrado que antes de nos comprometermos com uma decisão buscamos meios de confirmá-la, e isto, fazemos intuitivamente ao recuperarmos informações de forma seletiva dentre aquelas armazenadas na memória, e assim, tendenciamos a não estabelecer iniciativas de busca por novas evidências, e quando às fazemos, mostra-se mais cômodo realiza-las onde já sabemos o que vamos encontrar (BAZERMAN E MOORE, 2010).

Acreditamos que a maioria das respostas apresentadas reconhecem a força das discussões em grupo sobre o posicionamento individual dos docentes, afinal, os registros destacam alteração de posicionamentos individuais e de sensação de esclarecimento a respeito de aspectos fundamentais do processo de curricularização da extensão, mesmo que em resposta anterior tenham destacado que possuíam conhecimento prévio sobre o assunto.

Confirmamos que até quem afirmou não ter tido modelo ou exemplo para basear a decisão individual, se utilizou das discussões colegiadas para construí-la. Apesar da reconhecida pertinência das reuniões colegiadas, não descartamos a possibilidade que decisões individuais com critérios estabelecidos a partir da ação intuitiva de buscar confirmação de modelos seletivamente destacados pela memória tenham prevalecido durante as discussões e assim influenciado a decisão final no âmbito dos cursos.

Viés da armadilha da ancoragem

Ao apresentar questionamento aberto sobre se a decisão individual estava ancorada em informações muito sólidas, e se esta poderia ter influenciado a decisão de outros docentes durante as discussões em colegiado, foram recebidas as seguintes respostas:

Sólidas, já tínhamos experiências em nossas atividades com estudantes que nos respaldaram para tomada da decisão (Coordenador 1).

Sim (Coordenador 2).

Não. Ainda pairam muitas dúvidas (Coordenador 3).

Creio que estávamos em momentos de muitas reflexões diálogos com PRAE, PROEG, docentes do colegiado da LEDUCARR e outros diálogos com professorado de outros cursos (Coordenador 4).

Sim, devido as pesquisas comparativas realizadas através dos modelos de outras instituições (Coordenador 5).

Foi observado que 04 docentes afirmaram positivamente, suas decisões individuais sobre o formato de curricularização da extensão que seu curso deveria ter estavam ancoradas em informações sólidas; apenas 01 docente afirmou não estar nesta condição. Das justificativas apresentadas pela maioria que percebia solidez em sua posição individual, extraímos percepções distintas, tais como: o respaldo construído a partir das experiências de atividades realizadas com discentes; o reconhecimento de proximidade e acesso às unidades internas da UFRR responsáveis pelo acompanhamento do processo de curricularização da extensão para o esclarecimento de dúvidas; a reafirmação da importância da construção de conhecimento sobre o assunto a partir do exemplo de outras instituições.

Já a discordância para o questionamento deixou transparecer que mesmo após as discussões colegiadas ainda persistem dúvidas (Coordenador 3), sendo que vale ressaltar que todos os respondentes do questionário pertencem a cursos que já possuem seus PPC's aprovados a mais de um ano.

Outra questão aberta abordou se as decisões individuais estavam ancoradas em informações pouco sólidas durante as discussões colegiadas, e assim, obtivemos as seguintes respostas:

Não. Como já disse, as discussões ocorreram no Núcleo Docente Estruturante NDE do nosso curso. E somente depois de muitas discussões é que levamos o assunto ao Colegiado. Faço uma gestão colegiada sempre, valorizando as discussões em todas as instâncias garantindo que o processo seja democrático e participativo (Coordenador 1).

Não (Coordenador 2).

Sim. Não concordei com todo o formato que ficou definido, mas é o que foi decidido. Por exemplo, foi definido o TCI I para alunos do primeiro ano do curso, e isto é inviável porque eles mal conhecem o curso (Coordenador 3).

Não sei se pouco sólida; porque estávamos tentando entender os documentos e como fazer alterações a partir do interesse do colegiado (Coordenador 4).

Sim. Os ajustamentos se deram pela comparação dos casos pesquisados (Coordenador 5).

Das respostas obtidas, 02 docentes afirmaram que não; 02 afirmaram que sim; 01 deixou transparecer dúvida (coordenador 4) sobre existir ou não fragilidade nas informações que possuía. Dentre aqueles cuja resposta apontou discordância a respeito da pouca solidez de suas informações, a única justificativa apresentada destacou a valorização da estrutura organizacional estabelecida para discussão do assunto. Para as respostas que confirmaram a pouca solidez das informações que basearam suas decisões individuais, as justificativas mencionaram: discordância entre o que foi aprovado para o curso pelo colegiado e a posição individual; reconhecimento que os ajustes ocorridos tiveram base na comparação entre os exemplos pesquisados previamente.

O viés da armadilha da ancoragem nos orienta a ajustar o julgamento a partir de um ponto de partida (âncora) (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974), com isso, a partir do estabelecimento da ancora, passamos a fazer ajustes até que possamos chegar a uma decisão final, ou ainda, a partir do reconhecimento da âncora passamos a buscar meios de confirmá-la (BAZERMAN E MOORE, 2010).

Das respostas às duas questões descritas, visualizamos que pelo menos um docente (Coordenador 5) foi bem específico ao reconhecer que o conhecimento prévio, obtido por meio de pesquisa, lhe permitiu ponto de partida para que pudesse chegar a uma decisão, o que se reforça pela sua confirmação acerca da influência recebida dos modelos que conhecia destacada em questão anterior, fato que nos leva acreditar na existência de tendência de estabelecer ajustes na intenção de confirmar a posição individual.

Viés de eventos conjuntivos e disjuntivos

Outra abordagem feita aos docentes destacou os problemas ou dificuldades que poderiam estar afetando a execução do formato de curricularização da extensão escolhido para seus cursos, além disso, buscamos conhecer também o grau de otimismo daqueles profissionais com os resultados obtidos a partir da inclusão da extensão no currículo.

Ao que se refere à questão que abordou o reconhecimento de problemas ou dificuldades com a execução prática do formato de curricularização aprovado e em vigor, 02 docentes afirmaram não existir problemas ou dificuldades com o que está em vigor em seus cursos; 03 docentes afirmaram sim, que visualizam problemas ou dificuldades. Em complemento apresentamos questão aberta solicitando àqueles que afirmaram reconhecer problemas ou dificuldades que os destacassem:

380h de extensão é uma carga muito pesada. Atividade de extensão para calouros. Desinteresse dos professores em assumir este componente de, aproximadamente, 130h cada. Dificuldade em pensar e implementar ações de extensão. Falta de integração Derca/PRAE e coordenação. Burocracias imensas para o registro e aprovação das ações de extensão... 130h cada (Coordenador 3).

Mais apoio didático e financeiro para desenvolver atividades (Coordenador 4).

Pouco envolvimento do corpo docente como um todo (Coordenador 5).

Foi observado que a maioria dos docentes que responderam o instrumento de pesquisa, afirmaram reconhecer problemas ou dificuldades com a execução prática do formato de curricularização escolhido por seus cursos, e dentre os distintos fatos destacados constam: o reconhecimento de que a carga horária de extensão é demasiadamente extensa, o que causa dificuldade de pensar e implementar ações de extensão pelo desinteresse de professores em assumirem componentes curriculares com grande carga horária; afirmação de inexistência de integração entre a coordenação do curso e unidades administrativas cujas competências são as de gerir a extensão e aquelas que formalizam o currículo e recepcionam os resultados no sistema de informação acadêmica da Universidade; entendimento da necessidade de mais apoio didático e financeiro às atividades de extensão; e reconhecimento da falta de envolvimento do corpo docente.

Para aqueles que identificaram problemas e dificuldades foi questionado se havia algum deles que apresentasse maior impacto negativo, 01 docente afirmou que não há como destacar que um único problema ou dificuldade traga mais impacto negativo que outro, pois, o impacto negativo será visto quando da ocorrência de todos eles em maior ou menor grau; 02 docentes reafirmaram sim, que um problema impacta mais que outros. Destes dois últimos respondentes, por meio de questão aberta, solicitamos que especificassem qual seria este problema:

Com apoio financeiro teríamos mais envolvimento dos discentes do campo (Coordenador 4).

Pouco envolvimento do corpo docente como um todo (Coordenador 5).

Para percepção do otimismo dos pesquisados com os resultados obtidos a partir da implantação do formato de curricularização da extensão aprovado em seus cursos, foi apresentada a escala cujos valores variavam de zero a cinco, quanto mais próximo de “zero” menor será o otimismo do docente, quanto mais próximo de “cinco” maior será seu otimismo.

As respostas demonstraram que 01 docente marcou valor cinco; 02 docentes marcaram valor quatro; 01 docente marcou valor dois; e 01 docente marcou valor um.

A descrição do viés em análise aponta que os indivíduos possuem a tendência de superestimar a possibilidade de ocorrência de eventos conjuntivos, aqueles que acontecem de forma conexa com outros eventos; e subestimar a possibilidade de acontecimentos disjuntivos, aqueles que podem ocorrer de forma independente (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974).

Deste modo, foram observadas nas respostas, que a maioria se sente otimista com o que foi decidido pelo colegiado de seus cursos, mas houve pesquisados que identificaram problemas ou dificuldades que estão afetando a execução prática do formato de curricularização da extensão aprovado, no entanto, dentre estes últimos é constatada certa divisão ao questionarmos se entre as situações apresentadas há algum problema ou dificuldade que se destaque pelo maior impacto negativo.

Dentro deste conjunto menor de perspectivas analisadas, destaca-se o fato de um dos docentes (Coordenador 3) afirmar que não há como destacar um único problema ou dificuldade, pois o impacto negativo será visto quando da ocorrência de todos eles em maior ou menor grau, condição que não lhe permite ser otimista com os resultados obtidos até aquele momento.

A avaliação de conjunto estabelecida por aquele docente, que no caso em tela, demonstrou que dentro do que foi mencionado por ele existem fatores mais intensos que outros, esta percepção da intensidade de alguns dos problemas e dificuldades fortaleceu postura pouco otimista do docente com os resultados obtidos a partir da implementação do modelo de curricularização escolhido por seu curso.

Segundo Bazerman e Moore (2010), se torna típico a superestimação de eventos conjuntivos em projetos que demandam planejamento múltiplo, característica esta, que pode ser encontrada nas iniciativas cuja a intenção é definir ou avaliar o modelo que formaliza a extensão no currículo dos cursos de graduação. E ainda que somente um docente tenha apresentado subsídios para considerar a possibilidade de julgamento influenciado pelo viés de eventos conjuntivos, isto se justifica pela percepção delineada de que os problemas destacados somente apresentam impacto negativo se forem considerados conjuntamente e não de forma isolada.

Viés do excesso de confiança

Os questionamentos abertos voltados a perceber a influência deste viés abordaram se a decisão colegiada que definiu o formato de curricularização a ser implantada no curso foi resultado do debate participativo entre os docentes, ou se ele foi apenas a adoção de única proposta pelo grupo, sem valorização de momentos de discussão. As respostas sobre a ocorrência de debate participativo para definir o modelo pelo qual se homologou a extensão no currículo foram as seguintes:

A proposta foi amplamente discutida no Núcleo Docente Estruturante NDE do nosso curso. E somente depois de muitas discussões é que levamos o assunto ao Colegiado. Nossa gestão é feita a muitas mãos (colegiado). Valorizamos as discussões em todas as instâncias garantindo que o processo seja democrático e participativo (Coordenador 1).

Sim (Coordenador 2).

Não. Foi debatido apenas no NDE com cinco professores (Coordenador 3).

Tivemos alguns diálogos e, portanto, um consenso coletivo (Coordenador 4).

Em partes. O debate teve pouco envolvimento e adesão (Coordenador 5).

Foi observado que 03 docentes (Coordenadores 1, 2 e 4) debateram de forma participativa, porém, apenas um deles buscou apresentar justificativa detalhada de sua posição. Outros 02 docentes (Coordenadores 3 e 5) afirmaram que a decisão não contou com a participação de todos os docentes do curso, isto porque, em um dos casos, as discussões se localizaram somente no âmbito da unidade organizacional cujos componentes são uma pequena representação do total de docentes do curso, a qual possui a competência de gerir o processo de alterações do PPC; houve ainda, a menção ao baixo envolvimento e adesão de docentes nos momentos dedicados à discussão da proposta.

Já a questão que tratou da possibilidade do modelo de curricularização da extensão ter sido resultado da adoção de uma única proposta considerada pertinente pelo grupo, obteve as seguintes respostas:

Sim. Uma discussão construída a muitas mãos, no campo do colegiado do curso (Coordenador 1).

Não (Coordenador 2).

Não. Foram lidos os documentos e ouvidas as propostas dos membros do NDE (Coordenador 3).

Diálogo com a maioria do grupo (Coordenador 4).

Não (Coordenador 5).

Mesmo que as discussões tenham ocorrido em grupo numericamente pequeno, não há o reconhecimento pelos docentes de que a decisão colegiada estabelecida nos PPC's de seus cursos foi a adesão a uma única proposta, sem o devido debate. Mesmo sem apresentar justificativas mais esclarecedoras, prevaleceu posicionamento negativo como resposta à esta questão, sendo descrito por 04 docentes.

Considerando que o viés do excesso de confiança se sustenta no fato dos indivíduos buscarem intuitivamente a confirmação de suas crenças e hipóteses através de busca seletiva na memória, e ainda, no estabelecimento de ajustes da decisão a partir de uma ancora, foi observado dentre as respostas apresentadas, que apenas um docente (Coordenador 1) demonstra profunda valorização do processo de construção da decisão final em seu curso, defendido mesmo em questão voltada a perceber processos pouco participativos. Este posicionamento é reforçado pelas perspectivas do docente que, em resposta a questão anterior, reconhece a importância das discussões em colegiado para fortalecimento da decisão individual, e pela percepção de solidez das informações em que sua decisão individual estava ancorada.

Viés da previsão retrospectiva e maldição do conhecimento

As questões nesta categoria trataram da clareza dos docentes sobre a curricularização da extensão durante as discussões colegiadas; requisitaram avaliação da própria participação dos pesquisados durante as discussões, e questionaram se o formato de curricularização definido pelo curso representa de fato a melhor escolha; além de buscar conhecer se os docentes ainda mantêm seu apoio ao modelo estabelecido no PPC.

As repostas apresentadas à questão que abordou se os docentes presentes nos momentos de discussão possuíam a devida clareza sobre o processo de inclusão da extensão no currículo identificaram que 04 dos pesquisados reconheceram que nem todos os participantes das reuniões tinham clareza sobre o assunto, e que alguns deles precisaram de esclarecimentos para melhor compreensão; e 01 docente afirmou que todos os participantes das discussões tinham conhecimento sobre o assunto e estavam cientes da necessidade de “buscar” fazer a melhor escolha.

Para o questionamento voltado ao estabelecimento de avaliação pelos pesquisados sobre a própria participação durante o processo de decisão estabelecido no curso, foi identificado que

02 docentes avaliaram sua participação como ótima; 03 docentes avaliaram sua participação como boa.

Ao serem questionados se o formato de curricularização da extensão aprovado representava de fato a escolha da melhor proposta, a única resposta obtida dos pesquisados foi sim, todos demonstraram acreditar terem feito a melhor escolha possível.

Como resposta à questão que buscou tratar do apoio dos docentes para com a proposta aprovada e em vigor no curso, também houve resposta única dos pesquisados no sentido de confirmar seu apoio ao que foi decidido em colegiado e estabelecido nos PPC's.

A previsão retrospectiva possibilita que acreditemos em percepções enviesadas de fatos guardados na memória, fatos que podem não representar com fidedignidade o resultado verificado (BAZERMAN E MOORE, 2010), ou seja, a partir da visualização de determinado resultado, podemos estabelecer buscas intuitivas na memória que nos permitam acreditar numa capacidade preditiva sobre fatos que acabamos de ver acontecer.

A maldição do conhecimento enquanto viés nos leva a não conseguir ajustar o conhecimento que possuímos sobre determinado assunto em relação ao conhecimento que outros também possam ter. Segundo Bazerman e Moore, “é difícil de esquecer quando você está imaginando quanto os outros sabem a respeito de algo; a sofisticação impede um julgamento justo” (p. 53, 2010). Uma decisão enviesada pela maldição do conhecimento ocasiona indiferença e dificulta a comunicação entre quem sabe e quem julgamos não saber.

A partir das respostas obtidas para categoria em análise, nos chama atenção o posicionamento único obtido para as questões que abordaram a crença em ter feito a melhor escolha, e ainda, o apoio ao que foi estabelecido nos PPC's, isto, pelo fato de termos visualizado anteriormente que pelo menos dois docentes (Coordenadores 2 e 3) demonstraram possuir otimismo relativamente baixo em relação aos resultados obtidos a partir da implantação do formato de curricularização da extensão adotado pelo curso. Consideramos que o estabelecimento dos níveis de otimismo, seja para mais ou para menos, deveriam resultar justamente de uma avaliação fática dos resultados vistos pelos coordenadores, sendo que nossos questionamentos neste sentido identificaram três docentes relatando problemas ou dificuldades impactando a execução prática de modelos aprovados. Deste modo, nos questionamos se algumas das respostas igualmente registradas acerca de ter feito a melhor escolha e de apoio ao que foi aprovado pelo curso não são resultantes de atitude cognitiva retrospectiva que os

fizessem acreditar mais na capacidade preditiva relacionada a resultado assertivo da decisão colegiada do que outro que apontasse uma direção diferente.

Ainda que as respostas obtidas tenham também identificado que alguns dos participantes das discussões precisaram de esclarecimentos complementares sobre o processo de curricularização da extensão, não conseguimos estabelecer conexão analítica que identificasse tendência de influência da maldição do conhecimento sobre o posicionamento dos docentes.

5.5 Heurística da representatividade

Para Tversky e Kahneman (1974), a heurística da representatividade orienta que estabeleçamos julgamento fundamentado na semelhança, o enviesamento da decisão se consuma ao tornar altamente provável que um objeto ou um acontecimento seja representativo ou originado de outro grupo ou acontecimento por avaliar em primazia as semelhanças aparentes entre eles.

Dentre as questões levantas nesta categoria está a que aborda a forma como os docentes percebiam a proposta aprovada, se como a representação do aceite de uma proposta pela maioria do grupo, ou a escolha de uma opção que se fortaleceu durante as discussões. Dois docentes avaliaram que desde o início das discussões, o formato previamente aprovado foi a opção mais aceita pela maioria do grupo; 03 docentes afirmaram que a decisão final representa a escolha de uma opção que se fortaleceu durante as discussões.

Diante das respostas obtidas, a maioria dos docentes nos permite a percepção de que o formato aprovado para o curso se consolidou a partir de alterações nas decisões individuais sobre o formato de curricularização que os cursos deveriam ter, sendo que os momentos de discussão colegiada se mostram altamente relevantes para a compreensão do tema em debate e definição do modelo estabelecido nos PPC's.

Outra questão abordou o alinhamento da decisão individual dos docentes em relação à proposta aprovada pela maioria do colegiado, com isso, ficou reconhecido que 04 docentes reconhecem alinhamento de sua decisão com a maioria do grupo; 01 docente não possuía alinhamento com a maioria dos integrantes de seu colegiado. As respostas que consideraram que as decisões individuais sempre estiveram alinhadas com o posicionamento da maioria nos levam a perceber o quanto pode ser representativa para toda equipe a opinião defendida pelos coordenadores de curso. Considerando que os coordenadores possuem função de liderança cuja as competências perpassam pela necessidade de estabelecer procedimentos de busca por

informação para orientar a prática docente, inclusive em outros entes integrantes da organização, atuando ainda como mobilizador dos docentes para momentos de decisão, se torna possível que alguns profissionais tenham construído e até alterado sua posição a partir do que tenham visto ser defendido por seus coordenadores, afinal, em questão anterior foi constatado a necessidade de esclarecimentos complementares para alguns dos profissionais envolvidos nas discussões.

Viés da insensibilidade aos índices básicos

Este viés, ocasionado pelo uso desmedido da heurística da representatividade, se caracteriza pelo julgamento que desconsidera dados e evidências básicas para estabelecer uma decisão, sendo possível ignorar probabilidades baseadas em resultados fáticos para avaliar a representação entre situações vistas como semelhantes, no entanto, diante da falta de qualquer evidência que viabilize comparações, as probabilidades a priori poderão ser levadas em consideração (TVERSKY E KAHNEMAN, 1974).

Para esta categoria questionamos se houve a apresentação de dado, informação ou índices baseados na realidade da UFRR ou de outras instituições para subsidiar as discussões, 02 docentes afirmaram que foi apresentado; 03 docentes relataram não ter sido apresentado qualquer dado, informação ou índice.

De forma complementar, foi questionado àqueles que reconheceram não ter visto dados ou informação sobre outras realidades sendo apresentados durante as discussões, se eles acreditavam na suficiência do que foi discutido ou se faltaram dados, informações, índices que corroborassem com o debate. Dos respondentes, 02 afirmaram que tudo o que foi visto durante as reuniões colegiadas foi suficiente para subsidiar a decisão dos docentes; 03 docentes afirmaram acreditar que a apresentação de mais dados, informações ou índices contribuiriam melhor com o processo de escolha entre os formatos de curricularização disponíveis.

Para aqueles que marcaram sim, de ter sido apresentado informações, dados ou índices sobre outras realidades durante as discussões, foi questionado se acreditavam que essas evidências auxiliaram os docentes em seu processo de decisão, sendo que ambos, ratificaram acreditar na contribuição das informações e dados complementares vistos durante as reuniões.

A possibilidade de ocorrência deste viés recai sobre as respostas que reconheceram ter decidido o formato de curricularização da extensão sem ter visto qualquer dado, informação ou índice que desvelasse a realidade de outros cursos ou instituições, sendo que tal situação pode

contribuir para o estabelecimento de decisão baseada na comparação entre a realidade dos cursos da própria UFRR que já estabeleceram suas escolhas no PPC, e os cursos que estão em processo de discussão.

Esta possibilidade se fortalece pela resposta às questões seguintes, quando um dos docentes (Coordenador 2) afirma acreditar que mesmo sem ter visto dado ou informação complementar, tudo o que foi apresentado foi suficiente para consumir a decisão do grupo, e quando o mesmo docente destaca não acreditar no auxílio de dados, informações ou índices para consumir a decisão mesmo que eles tivessem sido apresentados ao grupo.

Viés da insensibilidade ao tamanho da amostra

O viés da insensibilidade ao tamanho da amostra acontece quando o desenvolvimento de probabilidades a partir de resultados desconsidera o tamanho da amostra, privilegiando avaliações da amostra pelos padrões de semelhança desta com a população a qual pertence.

Assim, dentre as questões apresentadas aos coordenadores, abordamos a participação dos docentes em ações de extensão através da percepção do aumento, diminuição ou estabilidade do número de ações aprovadas após a inclusão da carga horária de extensão no currículo. O resultado apontou que 03 docentes consideraram, sem justificativas, que a participação se manteve estável; 02 docentes demonstraram acreditar no aumento da participação, tendo em vista ampliação do número de ações aprovadas. As respostas estão apresentadas a seguir:

Aumentou significativamente o número de projetos de extensão no curso (Coordenador 1).

Se manteve estável (Coordenador 2).

Se manteve estável (Coordenador 3).

Sim! Creio que alguns passaram a ter maior envolvimento com atividades de extensão (Coordenador 4).

Se manteve estável (Coordenador 5).

Outra questão requisitou que os docentes identificassem a proporção mais representativa da participação docente em ações de extensão no curso ao qual pertencem. As respostas destacaram que 03 docentes acreditam que mais de 50% dos docentes participam de ações de extensão; 01 docente acredita que 50% dos docentes participam de ações de extensão; e 01 docente acredita que 25% dos docentes participam de ações de extensão.

Mesmo que a maioria dos coordenadores tenham optado por acreditar que a participação docente em ações de extensão tenha se mantido estável, e que mais da metade dos docentes participam de ações de extensão, não nos vemos na posição de reconhecer a influência do viés da insensibilidade ao tamanho da amostra, sendo válido mencionar que as amostras a serem consideradas para estabelecer as respostas seriam o número de ações de extensão aprovadas e o número total de docentes que compõe o curso.

Consideramos que as questões nesta categoria trataram da realidade específica de cada curso, as quais devem ser de conhecimento amplo dos respondentes da pesquisa, tendo em vista o seu tempo médio de mais de 15 anos de docência na UFRR. Há ainda o fato que o número de docentes vinculados aos cursos (Direito (9), Geografia (11), Ciências Sociais (12), Educação do Campo (14), Enfermagem (24)) não se apresentam como um quadro altamente expressivo que dificulte o desenvolvimento de análise para o estabelecimento de resposta às questões apresentadas.

Contudo, o reconhecimento da existência de curso com uma taxa de apenas 25% de participação dos docentes em ações de extensão suscita certa preocupação já que a extensão deve ser uma premissa a ser desenvolvida por todo profissional que envereda pela docência na rede federal de educação superior. Diante do fato que os cursos em análise já estão atuando a mais de um ano com a carga horária de extensão inserida no currículo, percebemos a necessidade de intervenções direcionadas para identificar as possíveis falhas que estejam levando à tal percepção, e que certamente podem contribuir para o não atendimento dos objetivos da curricularização da extensão.

Viés da interpretação errada de chance

Segundo Bazerman e Moore (2010), a mente humana consegue estabelecer padrões até mesmo onde eles não existem. Deste modo, se torna possível que os indivíduos considerem sequencias obtidas a partir de processos aleatórios como características essenciais deste processo, ou seja, se torna mais fácil acreditarmos num resultado sequencial do que num resultado que pareça aleatório, mesmo que ambos sejam oriundos de um mesmo evento aleatório.

Nas questões apresentadas aos docentes solicitamos que emitissem opinião sobre qual seria a visão mais representativa, nos últimos 12 meses, da média de ações de extensão coordenadas por docentes no curso ao qual pertencem, sendo que além das possibilidades de

respostas fechadas, havia espaço para registro de resposta discursiva, porém, este último não foi utilizado por nenhum dos respondentes, os quais, definiram o seguinte: 03 docentes afirmaram que a média seria uma ação de extensão coordenada por docente nos últimos 12 meses; 02 docentes afirmaram que a média seria duas ações de extensão coordenadas por docente nos últimos 12 meses.

O desenvolvimento de uma resposta que quisesse fugir da aleatoriedade deveria considerar atenção ao período definido na questão (12 meses), e ainda ao fato de que ela aborda a média de ações coordenadas por docente naquele período. Contudo, diante do reconhecimento que estamos tratando da realidade objetiva de cada curso, que se apresenta pelas posições de profissionais com tempo de docência considerável na instituição, acreditamos na mínima fluência do viés em debate sobre as respostas fornecidas pelos docentes, além disso, a percepção de estabilidade do número de ações de extensão aprovadas para execução, destacada pela maioria dos respondentes em questão da categoria anterior, vem demonstrar proximidade com as análises estabelecidas para consumação das respostas nesta categoria, nas quais não se verifica diferença significativa entre os valores descritos.

Viés da regressão à média

Oriundo da interpretação mediada pela heurística da representatividade, este viés nos leva a desconsiderar o princípio estatístico de que desempenhos excepcionais podem regredir à média dentro de determinado tempo (BAZERMAN E MOORE, 2010).

Diante disso, estabelecemos a questão em que os docentes, ao considerar o otimismo com os resultados obtidos, poderiam expressar sua visão de futuro para o modelo de curricularização da extensão através de respostas fechadas, as quais, de modo geral, destacavam a tendência de fortalecimento dos resultados presenciados, a manutenção do modelo aprovado ou tendência de desacordo com os resultados, e ainda a crença na necessidade de revisão da decisão homologada nos PPC's. Todos os respondentes apresentaram resposta similar, na qual demonstram acreditar na tendência de fortalecimento do formato aprovado e ampliação de seus resultados nos próximos anos. Tanto aqueles que anteriormente demonstraram baixo otimismo como aqueles que se mostraram altamente otimistas, acreditam que os resultados apresentados podem melhorar com a manutenção do formato de curricularização já estabelecido nos PPC's.

Podemos apontar que o resultado obtido na questão desta categoria pode realmente ser representativo do otimismo destacado pela maioria dos respondentes da pesquisa, tendo em

vista a média de ações de extensão coordenadas pelos docentes nos últimos 12 meses de meses, destacada na análise da categoria anterior, e cujo maior valor estabelecido foi de duas ações de extensão coordenadas por docente no período.

Neste sentido, visualizamos um contexto desfavorável à presença do viés em análise, pois os coordenadores que responderam ao instrumento de coleta de dados, sejam eles otimistas ou não, se mostraram desejosos de alcançar resultados mais expressivos do que aqueles que por hora apresentam, resultados que de fato possam demonstrar excepcionalidade.

Viés da falácia da conjunção

Avaliações baseadas na similaridade também podem resultar na percepção que dois eventos conjugados são mais passíveis de acontecer que cada evento acontecer de forma isolada (TONETTO et al., 2006).

A formalização do modelo de curricularização da extensão no âmbito dos cursos pode resultar numa percepção de sucesso ou de insucesso da proposta, assim, propomos que os docentes avaliassem os componentes da comunidade acadêmica de modo a responder há quem, primeiramente, atribuiriam a ocorrência de tais resultados, se a docentes, discentes, ou a instituição, considerados de forma isolada, ou há conjunção de esforços entre aqueles componentes.

A avaliação que considera o sucesso do modelo de curricularização da extensão escolhido para o curso apontou que, 02 coordenadores atribuíram, primeiramente, o resultado ao trabalho dos docentes enquanto gestores do processo no dia a dia; 02 atribuíram o resultado à conjunção de esforços entre a instituição, docentes e discentes; 01 atribuiu ao apoio da instituição para o desenvolvimento das atividades.

Já a avaliação sobre a constatação de insucesso apontou que, 02 coordenadores atribuíram o resultado, primeiramente, à falta de esforços conjugados entre a instituição, docentes e discentes; 01 atribuiu à falta de apoio da instituição para o desenvolvimento das atividades; 01 atribuiu à participação pouco ativa dos discentes; e 01 afirmou não haver insucesso.

Apesar de não ser uma constatação por maioria nas respostas apresentadas, acreditamos na possibilidade de influência do viés da falácia da conjunção quando da avaliação para identificar a maior contribuição de integrantes da comunidade acadêmica para o sucesso ou insucesso dos modelos que formalizaram a extensão no currículo dos cursos de graduação.

Mesmo que para resultados diferentes (sucesso ou insucesso), houve a consideração dos respondentes para as respostas que apresentaram docentes, discentes e instituição de forma conjugada. Como dito acima, é possível que diante de um julgamento baseado na representatividade os indivíduos optem também por estabelecer crença em aspectos que se apresentem de forma combinada.

5.6 Discussão a partir das contribuições dos docentes

De acordo com Keller e Ho (1988), quando as pessoas se encontram frente a um problema, elas medem a similaridade do problema com um conjunto de problemas previamente estocados em sua memória de médio e longo prazo. Quando a similaridade é alta, uma sugestão estabelece o início de um padrão associativo ao problema que será recuperado dessa memória e levada para a memória de curto prazo. Neste sentido, alguns dos posicionamentos obtidos nos fornecem base para acreditar que a forma para gerar alternativas durante o processo de escolha do modelo de curricularização dos cursos da UFRR é consistente, principalmente, com o uso das heurísticas da representatividade e da confirmação.

A supressão da lógica favorece o estabelecimento de um círculo vicioso, já que, muitas vezes, os resultados dos julgamentos realizados por regras heurísticas são satisfatórios para apenas um sujeito. Em decisões que envolvem mais de uma pessoa e se estabelece pelo consenso de um grupo, essa atitude tende a deixar o processo de elaboração de alternativas e definição de escolha mais lento e moroso. Tal característica também se torna possível durante a busca *a priori* por modelos de curricularização e coleta de informações pelos docentes para então definir o modelo para cada curso da UFRR.

Para reduzir as exigências de processamento de informações da tomada de decisão, principalmente em condições de incerteza, como ocorre nesta decisão sobre curricularização, se torna necessário a utilização de regras normativas em vigor, normativas da UFRR e de esferas superiores como o MEC.

À parte das categorias de análise, possibilitamos espaço no questionário para que os docentes pudessem estabelecer comentários livres sobre o processo de curricularização da extensão em seus cursos, visando obter dos docentes registros de apoio ao processo ou mesmo possível descontentamento com a exigência legal, conforme alguns demonstraram durante o contato presencial, contudo, apenas 03 docentes apresentaram contribuições que abordaram assuntos distintos já retratados durante a análise das categorias, dentre os quais, a inserção dos

discentes na comunidade através do modelo aprovado; além do destaque à necessidade de apoio e de investimento institucional para o desenvolvimento das atividades extensionistas: O Coordenador 1 destacou que o modelo de curricularização do seu curso é muito significativo e que os estudantes do primeiro ao terceiro ano estão inseridos na comunidade. Os Coordenadores 4 e 5 afirmaram que necessitam de apoio para as atividades, inclusive investimento financeiro por parte da instituição UFRR.

O viés da ancoragem, um dos menos constatados, se torna possível quando os docentes realizam apenas ajustes em um valor inicial a partir da curricularização vista em outros PPCs, que é determinado arbitrariamente com base na forma de apresentação das ideias e do texto. A ancoragem é um fenômeno extremamente robusto, que neste caso os efeitos seriam o apoio a uma âncora já na elaboração, e a implementação da curricularização em outros cursos seria o efeito da validação a priori, ou seja, se apoiar em uma ideia que já tenha validade pela implementação e operacionalização das práticas de extensão em outro curso. Em uma decisão ideal, os docentes deveriam elaborar o documento a partir do zero ou ignorando as práticas de outros cursos.

Já a heurística da disponibilidade, de menor ocorrência, apareceu associada à facilidade com que um determinado fato é lembrado ou imaginado, representada por diferentes e complexos tipos de funções cognitivas, tais como a memória e a imaginação. Dos respondentes da pesquisa, 03 afirmaram já possuir informação sobre o processo de curricularização; e 02 não tinham qualquer informação. É importante destacar que essa heurística alega que o conhecimento e os dados guardados na memória podem auxiliar a resolução de um problema (BAZERMAN e MOORE, 2010), aqui especialmente, aquele conhecimento ou dado que tenham se originado de situações recentes, ou seja, dos exemplos de outros cursos da própria UFRR ou de outras instituições conforme também foi mencionado.

A heurística da representatividade foi destacada pela associação por meio da similaridade de um evento do mesmo tipo. Alguns coordenadores docentes já sabiam como o processo se desenvolveu em outros cursos, e esse processo, além de ser realizado em momento recente, é orientado a ser constituído através de rito burocrático semelhante e, ainda, decidir sobre opções comuns a todos eles. Diante disso, no intuito de propiciar o desenvolvimento de habilidades de julgamento mais eficazes dos docentes, iniciativa salutar seria a ponderação sobre dados ou informações complementares, que pudessem ser apresentados ou sugeridos durante as discussões como base para os julgamentos e decisão, vez que para a curricularização

ser aprovada e implementada, a sua normativa deveria ser debatida entre os pares e ser aprovada em primeira instância dentro de cada curso.

A heurística da confirmação se mostrou presente pelo fato de alguns docentes terem demonstrado buscar a confirmação de suas decisões individuais, obtidas, principalmente, a partir do conhecimento da realidade estabelecida em outros cursos, mas também do próprio entendimento oriundo do conhecimento das normativas que regulamentam a inserção da extensão no currículo.

As heurísticas nesta pesquisa podem ser entendidas como simplificações mentais que os coordenadores se utilizaram para promover o julgamento, situação que evidenciou algumas distorções na tomada de decisão. Assim, a partir da análise estabelecida com base nas respostas ao questionário aplicado, apresentamos a seguir (Tabela 5) a heurística e o viés que cada Coordenador demonstrou utilizar com mais frequência.

Tabela 5 – Heurísticas e Vieses dos coordenadores

Coordenador	Heurística	Viés
1	Confirmação	Armadilha da confirmação Excesso de confiança
2	Representatividade	Recuperabilidade Insensibilidade aos índices básicos
3	Disponibilidade Confirmação	Recuperabilidade Eventos conjuntivos e disjuntivos Previsão retrospectiva e a maldição do conhecimento
4	Representatividade Disponibilidade	Facilidade de lembrança Armadilha da confirmação
5	Confirmação Representatividade	Recuperabilidade Armadilha da confirmação Ancoragem Eventos conjuntivos e disjuntivos Falácia da conjunção

Fonte: Esta pesquisa (2024)

Os Coordenadores 1, 3 e 5 foram identificados por utilizarem os atalhos mentais na heurística da Confirmação; os coordenadores 2, 4 e 5 se mostraram mais afetados pelo atalho da representatividade; os coordenadores 3 e 4 aparecem destacados pela heurística da disponibilidade. Importante mencionar que a maioria dos docentes ressaltaram possuir raciocínio rápido, automático, implícito e emocional, sendo que este, é um sistema de “baixa capacidade computacional e relativa inconsciência, tratando de processos mais espontâneos e heurísticos” (GOMES, 2017, p. 14), de certa forma, mais exposto ao uso inconsciente de heurísticas e por consequência a adoção de vieses. O tipo de raciocínio lento, consciente, explícito e lógico deveria exercer o monitoramento dos pensamentos automáticos, contudo,

nem sempre ocorre ajustamento ou rigor necessários para isso acontecer (BAZERMAN e MOORE, 2010; GOMES, 2017), podendo também se deixar levar por pensamentos heurísticos.

O Coordenador 5 é aquele de menor tempo de docência na Universidade, e que demonstrou ter mais recorrência no maior número de vieses. O Coordenador 1, 20 anos de tempo docência, apresentou tendência maior para o uso de atalho mental da heurística da Confirmação, viés da Armadilha da confirmação e do Excesso de confiança, dentre outros, por reconhecer que sua decisão não foi construída somente com base nas discussões colegiadas, porém, estas a fortaleceram e contribuíram para moldá-la, perspectiva que acredita ter influenciado a decisão de outros colegas devido a ação de ter que auxiliá-los com esclarecimentos complementares sobre o assunto.

Não foram encontradas a correspondência quanto ao sexo, observamos variação entre masculino e feminino, sem concentração a qualquer heurística. Quando observado o viés, o sexo feminino possui 02 correspondências em Recuperabilidade. E o sexo masculino possui maior ocorrência no viés da Armadilha da confirmação. Quando se observa as maiores idades (44 a 62 anos) foi encontrada maior correspondência com a heurística da confirmação. Quando se observa os maiores tempos de docência (15 a 20 anos) também se destaca a heurística da confirmação para aqueles com maior experiência, e a heurística da representatividade para aqueles com menor tempo de atuação (11 a 13 anos).

6. DISCUSSÃO SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO NOS PPCS DOS CURSOS

As diretrizes para curricularização da Extensão da UFRR estão alinhadas à Política Nacional de Extensão Universitária e à Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 do CNE, aquelas, buscam nortear as ações de extensão entre os cursos da instituição e atuam como instrumento de promoção do desenvolvimento para que as ações de extensão tenham participação mínima de carga horária na matriz curricular dos cursos de graduação.

A UFRR busca favorecer a promoção do conhecimento por meio da extensão para o acolhimento dos problemas e apelos da sociedade, por meio dos grupos sociais com os quais interage. Essa proposta de curricularização da extensão também pode contribuir com a internacionalização dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade.

A seguir está apresentada de forma resumida as propostas de curricularização nos cinco cursos base deste estudo de caso; em seguida está a análise do editor de texto online “Any TextEditor”.

6.1. Apresentação da curricularização da extensão nos PPC dos cursos

6.1.1. PPC Bacharelado Ciências Sociais

No PPC do curso de Ciências Sociais, publicizado no ano de 2022, consta que as atividades de extensão são denominadas de Atividades Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão (AIPE), elas atendem a Resolução CEPE/UFRR Nº 40/2021, e se dividem em duas variações:

1) AIPE tipo A: possui Componentes voltados à Pesquisa e têm por foco estimular a articulação entre ensino, pesquisa e extensão considerando as demandas sociais.

2) AIPE tipo B: são Atividades Curriculares de Extensão e têm por público principal a comunidade externa a UFRR, estimulando as relações entre a universidade e outros setores da sociedade. São praticadas e executadas fora da UFRR ou convidando pessoas da comunidade para participar de atividades promovidas na universidade. Elas se apresentam em 5 linhas de extensão, conforme está apresentado na Figura 2.

Figura 2- Linhas de extensão do curso de Ciências Sociais

Linha de Extensão	Campo de Atuação
Gênero, Raça e Sexualidade	Explora a intersecção entre questões identitárias e estratificação social. Visa explicitar os estigmas sociais e seus impactos em uma sociedade de passado escravista e patrimonialista. Resignifica os papéis societários dos gêneros, das raças e da sexualidade.
Migração e violência	Busca cumprir um papel ativo junto às dinâmicas próprias de uma sociedade de fronteira. Neste sentido, explora as múltiplas formas das relações sociais presentes nas sociedades transfronteiriças com ênfase nos processos migratórios e nos fenômenos caracterizados como violentos.
Amazônia e a Questão Socioambiental	Identifica formas alternativas de produção e reprodução da vida em sociedade na Amazônia. A sustentabilidade é investigada tanto nas relações humanas, quanto na relação entre ser humano e natureza. Assim, busca entender e classificar saberes populares e das etnias indígenas da região e suas tecnologias sociais para gestão agroecológica, fomento e suporte a cooperativas de ribeirinhos e indígenas, entre outros.
Política e Redes Sociais	Investiga o impacto das novas tecnologias na dinâmica política. Mantém uma análise constante das novas ferramentas tecnológicas que possam compor o repertório do cientista social para investigações e análise, com destaque para os recursos de coleta e processamento de dados de redes sociais.
Linguagens, Cultura e Conhecimento	Explora os vários fenômenos na esfera da cultura, da linguagem em suas diversas formas de sociabilidade. Dá ênfase às reflexões entre a realidade social e a dimensão subjetiva da cultura, como objeto da análise sociológica e/ou antropológica em suas várias vertentes. Permitem ainda que os pesquisadores desenvolvam atividades relacionadas ao universo das artes.

Fonte: PPC do Curso de Ciências Sociais (2022).

6.1.2. PPC Bacharelado em Enfermagem

O PPC do curso de Bacharelado em Enfermagem atende à Resolução CEPE/UFRR N° 040, de 24 de agosto de 2021, e incluiu as atividades de extensão no ano de 2022. A oferta é feita através de 03 módulos. O foco dos módulos ofertados para a curricularização da extensão está nos 1º e 2º anos do curso, tais módulos são desenvolvidos por meio de ações educativas junto aos serviços de saúde e à comunidade por meio das Unidades Básicas de Saúde. Possui um professor na figura de Preceptor, que tem o papel de facilitar o estímulo e o favorecimento dessa construção de significados e o desenvolvimento de experiência profissional para o aluno. As atividades educativas devem garantir um tempo para a construção de uma relação de respeito e confiança que permitam ao discente expor suas ideias e conhecimentos.

6.1.3. PPC Bacharelado em Geografia

As atividades curriculares de extensão para o Bacharelado em Geografia são obrigatórias, perfazendo um total de 380 horas, correspondendo a 10% do total da carga horária do Curso. O aluno tem a possibilidade de integralizar parte da carga horária (20 horas) com outras atividades de extensão ofertadas em outras unidades acadêmicas desde que obedeçam à normativa n° 040/2021-CEPE/UFRR.

As atividades curriculares de extensão serão integralizadas por meio de três componentes, sendo as disciplinas Trabalho de Campo Integrado I, II e III. No âmbito do curso

são desenvolvidas duas atividades de extensão: (1) Semana da Geografia, realizada anualmente, cujas programações contemplam palestras, visitas e minicursos, visando o engajamento e formação da comunidade em geral; (2) Museu de Geologia em parceria com o curso Geologia, que se torna espaço aberto à comunidade (estudante do ensino fundamental, médio e superior, produtores rurais e profissionais da área) para visita onde podem ser observadas as diversas classes de solos do estado de Roraima.

6.1.4. PPC Bacharelado em Direito

A elaboração da curriculização da extensão no PPC do Bacharelado em Direito seguiu as regras e normas da Resolução nº 7/2018- MEC, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, e ainda, a Resolução 040/2021-CEPE, que regulamenta o registro e inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação e tecnólogos da Universidade Federal de Roraima.

O curso definiu um componente curricular obrigatório com carga horária de 444 horas, podendo o discente desenvolvê-lo, dentro do período em que estiver realizando a graduação, por meio da atuação em ações de extensão que possuam correlação com as temáticas trabalhadas no curso e com o perfil definido para os egressos.

6.1.5. PPC Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Matemática

A elaboração da curriculização da extensão no PPC Licenciatura em educação do campo: Ciências da Natureza e Matemática, seguiu as regras e normas da Resolução nº 7/2018- MEC e a Resolução 040/2021-CEPE, contudo, diferente do que afirmou o Coordenador que respondeu o questionário da pesquisa, no PPC (p. 41, 2022) consta que:

(...) a forma de execução dos componentes curriculares relativos à atividade de extensão a ser adotada pelo curso conforme Resolução 040-CEPE/2021 é o Componente Misto de Extensão (CME), componente curricular que inclui, além de carga horária de aulas teóricas e/ou práticas, também atividades de extensão.

Esta opção pelo Componente Misto de Extensão, e não pela Atividade Curricular de Extensão, favorece o desenvolvimento do curso devido parte dele ser executada através do chamado “tempo comunidade”, período em que algumas das disciplinas que compõe a grade curricular são desenvolvidas diretamente na comunidade onde está inserido o discente. Assim, os 10% de carga horária de extensão serão efetivados através de ações de extensão propriamente

ditas, ou por meio de disciplinas estabelecidas no currículo cuja parte da carga horária poderá ser dedicada a ação de extensão. Este formato fortalece o vínculo entre comunidade e universidade, bem como permite a apresentação da teoria através de uma ação prática interdisciplinar que contribui para a formação do discente.

6.2. Heurísticas sobre o processo de curricularização da extensão na UFRR

As políticas de extensão são um conjunto de medidas que visam a promoção da interação entre as instituições de ensino superior e a sociedade. Elas têm como objetivo principal estimular a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico para além dos muros da universidade, de forma a contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Com base nisso, e diante da análise estabelecida pela pesquisa, percebemos que as heurísticas mais expressivas foram a da Representatividade (três ocorrências) e da Confirmação (três ocorrências). Com relação aos vieses, os mais frequentes foram o da Recuperabilidade (três ocorrências); Armadilha da confirmação (três ocorrências); Ancoragem (uma ocorrência); Eventos conjuntivos e disjuntivos (uma ocorrência); Excesso de confiança (uma ocorrência); Facilidade de lembrança (uma ocorrência); Falácia da conjunção (uma ocorrência); Insensibilidade aos índices básicos (uma ocorrência); Previsão retrospectiva e a maldição do conhecimento (uma ocorrência).

Foi observado que as formas de curricularização de extensão de fato tem o interesse em conceber e estruturar as atividades de extensão, porém, houve o destaque de relevantes temáticas que a impactam diretamente nessa atitude: a necessidade de maior apoio financeiro pela instituição para desenvolvimento das atividades extensionistas; carga horária dedicada a inclusão da extensão considerada grande; dificuldades de interação entre as coordenações de curso e unidades administrativas que gerenciam a extensão na Universidade; a falta de interesse de docentes no processo de decisão sobre as decisões para curricularização e participação nas ações de extensão no âmbito dos cursos; o reconhecimento que as ações de extensão permitem o combate à evasão e favorecem o acolhimento dos problemas e apelos da sociedade, quer através dos grupos sociais com quem a Universidade interage, quer através do atendimento direto à amplas questões, como por exemplo, a realidade dos refugiados venezuelanos, e a proteção ambiental da Amazônia Legal e de suas etnias indígenas. Pelo prisma da extensão, a UFRR segue produzindo conhecimento, contribuindo para viabilizar relação transformadora entre ela e a comunidade.

6.3. Avaliação Any TextEditor

Neste item está apresentada a análise de texto que permite perceber a proximidade ou afastamento da semântica linguística utilizada nos PPCs em relação à Resolução do CNE, por meio da distância de Levenshtein também conhecida como distância de edição, métrica fundamental em várias áreas da pesquisa científica, cuja aplicação abrange desde a análise de sequências genéticas até o Processamento de Linguagem Natural - PLN.

É usada para medir a semelhança entre palavras ou frases; e pode ser aplicada em tarefas como correção gramatical, detecção de plágio, agrupamento de documentos e comparação de similaridade e diferenças entre textos. Ela mede a quantidade mínima de operações (adição, remoção ou substituição de caracteres) necessárias para transformar um texto em outro, neste caso, quanto menor a distância, maior a semelhança (Wei, 2004). Vale mencionar que esta análise se deu entre o texto integral da referida Resolução e a parte textual dos PPC's que oficializa a curricularização da extensão.

6.3.1 Curso de Ciências Sociais

A distância textual para o Curso de Ciências Sociais, apresentou a variação comum de 1,5%, ou seja, apenas 42 símbolos comuns entre a proposta da curricularização da extensão para esse curso em comparação a resolução do CNE, neste sentido, mais de 98.55% do texto é diferente, cerca de 2861 símbolos. Não se pode presumir similaridade ou reprodução do texto da Resolução do CNE.

Figura 3 – Distância para o Curso de Ciências Sociais

Levenshtein: 1713

Comum (%)	Diferença (%)	Comum (símbolos)	Diferença (símbolos)
1.45	98.55	42	2861

Fonte: Esta pesquisa (2024)

6.3.2. Curso Bacharelado em Enfermagem

A distância textual para o Bacharelado em Enfermagem apresentou a variação comum de 7,74%, ou seja, 259 símbolos comuns entre a proposta da curricularização da extensão para esse curso em comparação a resolução do CNE, neste sentido, mais de 92,26% do texto é

diferente, cerca de 3083 símbolos. Não se pode presumir similaridade ou reprodução do texto da Resolução do CNE.

Figura 4 – Distância para o Curso de Enfermagem

Levenshtein: 1757

Comum (%)	Diferença (%)	Comum (símbolos)	Diferença (símbolos)
7.74	92.26	259	3086

Fonte: Esta pesquisa (2024)

6.3.3. Curso de Geografia

A distância textual para o curso de Geografia apresentou a variação comum de 2,21%, ou seja, 76 símbolos comuns entre a proposta da curricularização da extensão para esse curso em comparação a resolução do CNE, neste sentido, mais de 97,79% do texto é diferente, cerca de 3361 símbolos. Não se pode presumir similaridade ou reprodução do texto da Resolução do CNE.

Figura 5 – Distância para Curso de Geografia

Levenshtein: 1835

Comum (%)	Diferença (%)	Comum (símbolos)	Diferença (símbolos)
2.21	97.79	76	3361

Fonte: Esta pesquisa (2024)

6.3.4. Curso de Direito

A distância para o curso de Direito apresentou a variação comum de 3,78%, ou seja, 148 símbolos comuns entre a proposta de curricularização da extensão desse curso em comparação a Resolução do CNE, neste sentido, mais de 96,22% do texto é diferente, cerca de 3768 símbolos. Não se pode presumir similaridade ou reprodução do texto da Resolução do CNE.

Figura 6 – Distância para o Curso de Direito

Levenshtein: 2206

Comum (%)	Diferença (%)	Comum (símbolos)	Diferença (símbolos)
3.78	96.22	148	3768

Fonte: Esta pesquisa (2024)

6.3.5 Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Matemática

A distância para o Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Matemática apresentou a variação comum de 2,08%, ou seja, 111 símbolos comuns entre a proposta da curricularização da extensão para esse curso em comparação a Resolução do CNE, neste sentido, mais de 97,92% do texto é diferente, cerca de 5227 símbolos. Não se pode presumir similaridade ou reprodução do texto da Resolução do CNE.

Figura 7 – Distância para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Levenshtein: 3589

Comum (%)	Diferença (%)	Comum (símbolos)	Diferença (símbolos)
2.08	97.92	111	5227

Fonte: Esta pesquisa (2024)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Considerações Finais da pesquisa

As pessoas procuram utilizar regras práticas quando se encontram em situações de decisão, principalmente se essa decisão possuir um grau elevado de incerteza, ou quando não possui conhecimento dos atores da decisão ou quando a informação para a tomada de decisão é escassa (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974). Essas regras, segundo Bazerman (2004), são conhecidas como heurísticas e normalmente permitem a tomada de decisão de forma simples, com o benefício da economia de tempo.

Todavia, as heurísticas podem provocar sérios problemas através da consumação de seus vieses, distorcendo a percepção dos fatos e levando as pessoas a formarem concepções desvirtuadas da realidade (KAHNEMAN et al. 1998).

Este estudo avaliou a influência de heurísticas sobre a decisão de coordenadores de curso da UFRR ao abordarem a exigência de inclusão da extensão no currículo dos cursos de graduação ao qual pertencem. Considerando que a curricularização da extensão foi um evento demandado para todas as instituições vinculadas ao sistema de educação superior do país, verifica-se um cenário complexo e incerto diante das muitas realidades regionais, e que muitas vezes pode não possuir informações e conhecimento consolidado para conduzir como deveria o processo de elaboração e inclusão das ações e práticas de extensão dentro do dia a dia e do currículo do curso. Avaliar como ocorreu esse evento, pode direcionar ações assertivas para o cumprimento das metas educacionais de projetos e ações extensionistas exigidas pelas universidades públicas federais.

Pesquisas sobre o comportamento humano, neste caso, a nível individual, permitiram aperfeiçoar os constructos teóricos que corroboram a perspectiva racional que envolve a tomada de decisão. Um melhor entendimento e delimitação das falhas, limitações de entendimento, e das escolhas cognitivas individuais possibilitaria aos coordenadores dos cursos, que são os verdadeiros gestores entre os alunos e os professores, melhorarem sua capacidade decisória, evitando falhas e morosidade no processo de curricularização das atividades de extensão.

A relevância desta pesquisa está em contribuir com subsídios empíricos de forma descritiva comportamental, na compreensão das escolhas do coordenador em uma de suas funções, a de gerir a prática de ensino no âmbito dos cursos.

7.2 Limitações deste estudo

Dentre as dificuldades relacionadas a este estudo, a mais importante reside na hesitação do coordenador em fornecer qualquer informação sobre como foi estabelecido o processo de curricularização da extensão, quais as fontes de informação que os mesmos utilizaram e que serviram para a elaboração do PPC em seus cursos. Também podemos mencionar a pouca disponibilidade de tempo dos coordenadores em participar e responder ao questionário. A etapa de análise de dados pode também ser considerada um momento complexo e difícil, pois, é preciso demasiada atenção para compreender e correlacionar as falas obtidas através do instrumento de coleta de dados com as heurísticas e os vieses das teorias exploradas nesta pesquisa.

É preciso destacar ainda, no âmbito acadêmico, o reduzido número de estudos recentes a respeito do processo de curricularização da extensão dentro dos cursos de graduação nas universidades federais brasileiras, afinal, esta demanda é algo que ainda vem sendo discutido em muitas instituições e cuja gama de resultados ainda estão por ser desvelados.

7.3. Estudos futuros

As sugestões para trabalhos futuros envolvem a triangulação da implementação da decisão para o confronto das heurísticas e vieses entre os stakeholders (demais níveis de servidores dentro das universidades públicas federais brasileiras), os alunos, e se houver, as empresas e órgãos parceiros na prática da extensão dentro das universidades públicas federais brasileiras.

Sugerimos também a ampliação deste estudo por meio da consulta à número maior de coordenações, ou ainda, pela análise individual dos cursos onde poderiam ser ouvidos o conjunto total de docentes que participaram das discussões para implementação da curricularização da extensão. Se torna possível analisar também as heurísticas e vieses que podem afetar a tomada de decisão em grupo, quando o próprio Projeto Pedagógico de Curso estiver sendo elaborado e deliberado pelos docentes que formam os colegiados, departamentos, ou o Núcleo Docente Estruturante (NDE), entre outros.

Por fim, a depender dos formatos, objetivos e áreas de conhecimento, as pesquisas e estudos futuros sobre heurísticas e vieses podem contar com a utilização de ferramentas tipo neurosensores (como exemplo o eletroencefalograma) que podem captar ondas cerebrais enquanto se realiza uma escolha e assim, por meio desse experimento, consubstanciar posição clínica ou descritiva de ampliada profundidade.

REFERÊNCIAS

BALESTRIN, Alsones. Uma análise da contribuição de Herbert Simon para as teorias organizacionais. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 8, n. 4, jul-ago 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/issue/view/2204>. Acesso em: 5 mar. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1ª. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATTAGLIO JR, R. Paul et al. Behavioral public administration ad fontes: a synthesis of research on bounded rationality, cognitive biases, and nudging in public organizations. **Public Administration Review**, v. 79, ed. 3, p. 304-320, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/puar.12994>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BAZERMAN, Max H. **Processo Decisório**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BAZERMAN, Max H.; e MOORE, Don. **Processo Decisório**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BÊRNI, Duilio de A.; e FERNANDEZ, Brena P. M. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502173712/>. Acesso em: 01 mai. 2024.

BRAATEN, Cleire Nolasco; e TSAI, Lily Chi-Fang. Effects of bounded rationality on prosecutorial decision making: analysis of penalties on corporate fraud violators. **International Journal of Law, Crime and Justice**, v. 76, p. 1-14, nov. 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1756061623000605>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF. Câmara do Deputados, 2023. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 25 out. 2023.

CAMPOS, Claudinei José G.; SAIDEL, Maria Giovana B. Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: V. 10, n. 25, p. 404-424. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/545>. Acesso em: 06 ago. 2024.

CIARELLI, Gustavo; e AVILA, Marcos. A influência da mídia e da heurística da disponibilidade na percepção da realidade: um estudo experimental. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: v. 43, n. 3, p. 541-562, maio/jun, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/drNQ4XPNW5jBjmRb66pjZFh/>. Acesso em: 10 abril 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasília). Resolução nº 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 49-50, 19 dez. 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.

COOPER, Donald; e SCHINDLER, Pamela. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. Disponível em: Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555738/>. Acesso em: 01 mai. 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, John W.; e CRESWELL, J. David. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4 Ed. Thousand: Sage publications, 2017.

CRESWELL, J. W., e POTH, C. N. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches**. London: Sage publications, 2017.

DEVLIN, Michael; e BILLINGS, Andrew C. Examining confirmation biases_ implications of sponsor congruency. **International Journal of Sports Marketing and Sponsorship**. Leeds: v. 19, ed. 1, p. 58-73, fev. 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSMS-10-2016-0078/full/html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

DABROSZ-DREWNOWSKA, Paulina. Behavioural aspects of decision-making and its application in Poland illustrated by the example of the public institutions. **Procedia Computer Science**. Amsterdã, v. 192, ed. C, 2021, p. 4503-4512, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050921019670#cebibsec1>. Acesso em: 29 fev. 2024.

Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, I., 1987, Brasília, DF. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em 25 out. 2023.

FIGUEIREDO, Ricardo G.; PATINO, Cecília M.; FERREIRA, Juliana C. Elaboração de um protocolo de pesquisa: abordagem abrangente passo a passo. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**. Brasília: V. 49, n. 6, 2023. Disponível em: <https://jornaldepneumologia.com.br/details/3907/en-US/crafting-a-research-protocol--a-stepwise-comprehensive-approach>. Acesso em 05 ago. 2024.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Organizado por Edison José Corrêa. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 09 ago 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Penso Editora, 2013.

FUSCH, Patricia I.; NESS, Lawrence R. Are we there yet? Data saturation in qualitative research. **The qualitative report**, v. 20, n. 9, p. 1408, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282955844_Are_We_There_Yet_Data_Saturation_in_Qualitative_Research. Acesso em: 01 ago. 2024.

GARCIA-MARQUES, Leonel G.; e FERREIRA, Mário A. B. Daniel Kahneman: a economia mental e o nobel da economia. **Psicologia**, v. 17, n. 02, p. 475-483, 2004. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/462>. Acesso em: 09 abril 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Anna Cecília Chaves. **Mecanismos intuitivo e racional e vieses comportamentais: evidências para o Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24127>. Acesso em: 27 fev. 2024.

HORTA, Ricardo Lins. Por que existem vieses cognitivos na Tomada de Decisão Judicial? A contribuição da Psicologia e das Neurociências para o debate jurídico. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 9, n. 3 p.83-122, 2019. Disponível em:

https://www.academia.edu/41716180/Por_que_existem_vieses_cognitivos_na_Tomada_de_Decis%C3%A3o_Judicial_A_contribui%C3%A7%C3%A3o_da_Psicologia_e_das_Neuroci%C3%A2ncias_para_o_debate_jur%C3%ADdico. Acesso em: 10 abril 2024.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. **Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). **Censo da Educação Superior 2022: divulgação de resultados**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

KAHNEMAN, D. e Riepe, M. W. Aspects of investor psychology: Beliefs, Preferences, and Biases Investment Advisors Should Know about. **Journal of Portfolio Management**, vol. 24, n. 4, 1998, p. 67-91.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar: Duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KAHNEMAN, Daniel. A perspective on judgment and choice: Mapping bounded rationality. **The American Psychological Association**. Washington: v. 58, n. 9, p. 697-720. 2003. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2003-08746-001>. Acesso em: 19 fev. 2024.

KELLER, L. Robin.; HO, Joanna L. Decision problem structuring: generating options. **IEEE Transactions on Systems, Man, and Cybernetics**. v. 18, n 5, p. 715-728, 1988.

LEAL, Fernando; e RIBEIRO, Leandro M. O direito é sempre relevante? Heurística de ancoragem e fixação de valores indenizatórios em pedidos de dano moral em juizados especiais do rio de janeiro. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Porto Alegre, ano 10, n. 35, p. 253-284, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/fff6044b-6708-4a2e-8abe-ddd8c0c2c483>. Acesso em: 04 abril 2024.

LINDGREEN, Adam; BENEDETTO, C. A. di; BEVERLAND, Michael B. How to write up case-study methodology sections. **Industrial Marketing Management**. V. 96, p. A7-A10, jul 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0019850120303229#:~:text=The%20case%2Dstudy%20methodology%20section,%20'revenue%20and%20number%20of>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MACEDO, Marcelo A. da S., ALYRIO, Rovigati D., e ANDRADE, Rui O. B. de. Análise do comportamento decisório: um estudo junto a acadêmicos de administração. **Revista de**

Ciências da Administração. Santa Catarina: V. 9, n. 18, p. 35-55, mai/ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/1596>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MACEDO, Marcelo A. da S. et al. **Processo decisório gerencial**: um estudo do modelo descritivo de tomada de decisão aplicado a pequenos empreendedores. In: EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Curitiba, 2005, p. 1102-1113. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/94.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

MENDES-DA-SILVA, Wesley; e YU, Abraham Sin O. Análise empírica do senso de controle: buscando entender o excesso de confiança. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 13, n. 2, p. 247-271, abr/jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/zYXPLYNgNHw9KR3mVFkdkXL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 abril 2024.

MOORE, Don A.; e HEALY, Paul J. The trouble with overconfidence. *Psychological Review*. Washington, v. 115, n. 2, p. 502-517, 2008. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2008-04236-009>. Acesso em: 10 abril 2024.

RASHID, Yasir et al. Case study method: A step-by-step guide for business researchers. **International Journal of Qualitative Methods**. V. 18, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1609406919862424>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SALDANÃ, Johnny. **The coding manual for qualitative reserchers**. 2. Ed. London: SAGE, 2013.

SBICCA, Adriana. Heurísticas no estudo das decisões econômicas: contribuições de Herbert Simon, Daniel Kahneman e Amos Tversky. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 579-603, jul.-set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/KLdVTnmf6jmwKm7JRJqdFbz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. Campina Grande: V. 17, n. 01, p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/355929812/Analise-de-Conteudo-Exemplo-de-Aplicacao-Da>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SIGETTE, Elaine Ribeiro. **Modelagem fuzzy como ferramenta para identificação de heurísticas e vieses cognitivos no processo de tomada de decisão do empreendedor social**. 2017. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação) – Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/10148>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SILVA, Leticia M. da et al. Racionalidade limitada no processo decisório: um estudo baseado na teoria dos prospectos. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, Monte

Carmelo, v. 9, n. 41, p. 1-16, ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2542>. Acesso em: 26 dez. 2023

SIMON, Herbert A. **A racionalidade do processo decisório em empresas**. Rio de Janeiro: Edições Multiplic, v. 1, n. 1, p. 25-57, 1980. Disponível em: <https://www.ecoeureka.net/wp-content/uploads/2018/02/Simon-1980.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SIMON, Herbert A. et al. **Decision making and problem solving**. Interfaces. v.17, n.5, p.11-31, 1987. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/10.1287/inte.17.5.11>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SIMON, Herbert A. **Administrative Behavior: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization**. 4. Ed. New York: The Free Press, 1997. Disponível em: https://accord.edu.so/course/material/administrative-theory-and-behavior-478/pdf_content. Acesso em: 26 fev. 2024.

SOUZA, Luciana C. **Estrutura lógica de organização da pesquisa científica: texto básico para auxiliar pesquisadores**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2020.

STEINGRABER, Ronivaldo; FERNANDEZ, Ramon G. A racionalidade limitada de Herbert Simon na Microeconomia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. São Paulo: ano 17, n. 34, p. 123-162, fev. 2013. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/issue/view/7>. Acesso em: 15 mar. 2024.

TABAK, Benjamin Miranda; e AMARAL, Pedro Henrique R. Vieses cognitivos e desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n. 2, p.472-491, 2018. Disponível em: <https://eppg.fgv.br/sites/default/files/5278-24114-2-pb-7-25.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

TONETTO, Leandro Miletto et al. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 181 – 189, abril/junho. 2006. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/6791>. Acesso em: 4 jan. 2024.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Availability: a heuristic for judging frequency and probability. **Cognitive Psychology**, v. 5, p. 207-232, set. 1973. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0010028573900339>. Acesso em: 19 fev. 2024.

TVERSKY, Amos; e KAHNEMAN, Daniel. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. **Science**, Vol. 185, n. 4157, p. 1124-1131, set. 1974. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.185.4157.1124>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Julgamento sob incerteza: heurísticas e vieses (1974). In: KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar**: Duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. E-book

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário. **Resolução N° 006, de 10 de dezembro de 2007**. Aprova o novo Regimento Geral da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: Conselho Universitário, 2007. Disponível em: <https://ufr.br/wp-content/uploads/2023/03/Regimento-Geral-UFRR.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n° 13/2017, de 23 de outubro de 2017**. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação da UFRR, revoga a Resolução n° 009/2012-CEPE, e dá outras providências. Boa Vista: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2017. Disponível em: <https://antigo.ufr.br/conselhos/resolucoes/category/230-resolucoes-2017>. Acesso em: 22 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n° 40, de 24 de agosto de 2021**. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação e tecnológicos da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021. Disponível em: <https://antigo.ufr.br/conselhos/resolucoes/category/558-resolucoes-2020?start=60>. Acesso em 22 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Diretor. **Resolução N° 008, de 26 de abril de 2022**. Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão da UFRR do exercício 2021. Boa Vista: Conselho Diretor, 2022. Disponível em: <https://antigo.ufr.br/conselhos/resolucoes/category/557-resolucoes-2020>. Acesso em: 12 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Diretor. **Resolução N° 010, de 15 de maio de 2023**. Dispõe sobre a aprovação do Relatório Integrado de Gestão da UFRR do exercício 2022. Boa Vista: Conselho Diretor, 2023. Disponível em: <https://antigo.ufr.br/conselhos/resolucoes/category/557-resolucoes-2020>. Acesso em: 12 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Pró-reitoria de Planejamento. **Relatório Integrado de Gestão da UFRR do exercício 2023**. Boa Vista: 2024. Disponível em: <https://ufr.br/proplan/transparencia-e-prestacao-de-contas-da-ufr/>. Acesso em: 01 abril 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Ciências Sociais**. Boa Vista: Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, 2023. Disponível em: <https://ufr.br/proeg/cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Direito**. Boa Vista: Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, 2022. Disponível em: <https://ufr.br/proeg/cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Matemática**. Boa Vista: Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, 2023. Disponível em: <https://ufr.br/proeg/cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Enfermagem**. Boa Vista: Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, 2022. Disponível em: <https://ufr.br/proeg/cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Geografia**. Boa Vista: Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, 2022. Disponível em: <https://ufr.br/proeg/cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

WEI, Jie. Markov Edit Distance. **IEEE Transactions on Pattern Analysis and Machine Intelligence**. v. 26, n. 3, March 2004.

APÊNDICE A

PROTOCOLO DE PESQUISA

O desenvolvimento de um projeto de pesquisa notoriamente perpassa por um processo de tomada decisões cujos efeitos se manifestam na definição dos diversos tópicos que o compõe, permitindo esclarecer, dentre outros, a relevância da própria pesquisa e abrangência do tema em estudo, os objetivos a serem alcançados e o estabelecimento dos procedimentos metodológicos adequados para análise do problema. Para Creswell,

os projetos de pesquisa são os planos e os procedimentos para a pesquisa que abrangem as decisões desde suposições amplas até métodos detalhados de coleta e de análise dos dados. [...] A informação dessa decisão deveria refletir as concepções que o pesquisador traz para o estudo, os procedimentos da investigação (chamados de estratégias) e os métodos específicos de coleta e de análise e interpretação dos dados. A seleção de um projeto de pesquisa é também baseada na natureza do problema ou na questão de pesquisa que está sendo tratada, nas experiências pessoais dos pesquisadores e no público ao qual o estudo se dirige. (2010, p. 25)

Assim sendo, o presente Protocolo de Pesquisa se torna um instrumento que complementa e delimita objetivamente este projeto de pesquisa na intenção de detalhar os caminhos que conduzirão o pesquisador durante o desenvolvimento das atividades de investigação e análise. Um protocolo de pesquisa refere-se a direcionamentos específicos que podem conduzir um experimento, a administração de um tratamento ou uma investigação qualitativa, orientando tanto a pesquisa de campo como o exame dos dados coletados, sendo que suas diretrizes podem se adaptar à conjuntura da pesquisa (SALDAÑA, 2013).

Partindo para uma visão do que deve constar em um protocolo de pesquisa são identificadas muitas possibilidades na literatura.

Souza (2020), ao orientar para organização e desenvolvimento da pesquisa científica, define que este documento serve para descrever o público-alvo; apresentar a localização geográfica; período de realização da pesquisa; descrever os métodos utilizados; propor uma metodologia de organização dos dados; e ainda apresentar atividades planejadas que viabilizam o desenvolvimento da pesquisa.

Já Figueiredo, Patino e Ferreira, dentro de uma perspectiva voltada a estudos clínicos, especificam que a organização interna de um protocolo de pesquisa pode variar, mas geralmente inclui, “título, justificativa, informações de contexto, objetivos, metodologia, gerenciamento de

dados, plano estatístico, controle de qualidade, ética, orçamento, plano de desenvolvimento, cronograma, referências e apêndices” (2023, p. 1).

Rashid et al (2019), ao apresentar direcionamento para o desenvolvimento de pesquisas na área de negócios que adotam o formato de estudos de casos, estabelece que dentre as fases possíveis (Fase de Fundação, Fase Pré-campo, Fase de Campo e Fase de Relatório) a serem seguidas por este tipo de estudo, a Fase Pré-campo deve constituir-se como o momento de construção do protocolo de pesquisa, que dentre outros, deve abordar as questões chave da pesquisa, estratégias metodológicas adotadas na pesquisa, permissão dos agentes envolvidos, considerações éticas, recursos utilizados para interpretação dos dados e informações, e critérios de avaliação.

Observamos que a preocupação dos autores em estabelecer um protocolo de pesquisa bem estruturado se baseia também no fato de garantir o tratamento ético das questões que envolvem seres humanos.

Diante de todas as possibilidades de composição deste documento e com a intenção de ampliar o entendimento sobre aspectos centrais que orientam o desenvolvimento da presente pesquisa, estruturamos este protocolo de modo a destacar os pontos mais comuns dentre os direcionamentos citados acima, permitindo uma visão mais geral de aspectos já discutidos e uma visão mais ampliada de aspectos que consideramos fundamentais para o direcionamento do que aqui nos propomos a realizar.

1 VISÃO GERAL DA PESQUISA

1.1 Título

Processo Decisório: Uma análise da influência de heurísticas na implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal De Roraima.

1.2 Temas abordados

Processo de decisão; heurísticas e curricularização da extensão.

1.3 Problema de pesquisa

O processo decisório dos docentes nos cursos de graduação da UFRR sobre a curricularização da extensão se desenvolveu sob influência das heurísticas da disponibilidade, da representatividade e da confirmação?

1.4 Objetivo Geral

Analisar a influência de heurísticas sobre o processo de decisão que viabilizou a implantação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRR.

1.5 Objetivos específicos

- Analisar as diretrizes da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação;
- Identificar os critérios que orientaram a definição dos modelos de curricularização da extensão adotados pelos cursos de graduação da UFRR;
- Analisar a influência das heurísticas da disponibilidade, da representatividade e da confirmação sobre o julgamento e decisão dos docentes.
- Apresentar contribuições de estudos descritivos sobre heurísticas e impacto delas no processo de decisão de profissionais que compõe organizações públicas.

1.6 Âmbito da pesquisa

Cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima que homologaram o processo de curricularização da extensão no período de 2022 a 2023.

1.7 Público alvo

Considerando os objetivos da pesquisa, e ainda o período a ser analisado por ela (2022 a 2023), tornam-se o público alvo da pesquisa os docentes que exercem a função de coordenadores de curso nos nove cursos de graduação que homologaram a inserção da extensão em seus currículos. Vale mencionar que os critérios para participação do docente como respondente do instrumento de coleta de dados é que ele seja servidor efetivo da instituição; tenha envolvimento com ações de extensão (coordenação direta ou membro de equipe); e que tenha participado integralmente de todas as etapas de discussão interna voltadas ao atendimento da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação.

1.7.1 Definição da amostra

Diante do enfoque qualitativo torna-se fundamental que os dados obtidos através dos instrumentos de coleta apresentem significados pertinentes aos propósitos da pesquisa (CAMPOS e SAIDEL, 2022), isto nos leva à necessidade de compor corpo amostral em número suficiente para desvelar as reais perspectivas do público estudado.

Os nove cursos de graduação com a curricularização da extensão homologada entre os anos de 2022 a 2023 apresentam uma população de 136 (cento e trinta e seis) docentes efetivos a eles vinculados, sendo que individualmente o número de docentes por curso varia bastante: Direito (9), Geografia (11), Relações Internacionais (11), Ciências Sociais (12), Educação do Campo (14), Biologia (16), Pedagogia (18), Letras (21), Enfermagem (24).

Em todos aqueles cursos existe um docente que exerce a função de coordenador de curso, cujas responsabilidades se ampliam pela necessidade de domínio e gestão de assuntos diversos, tanto de caráter pedagógico quanto administrativo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2007). Diante desta realidade, sentimos a necessidade de aplicar o instrumento de coleta de dados (questionário) ao conjunto representativo total dos 09 (nove) docentes coordenadores, quantidade balizada pelo próprio corte temporal estabelecido para a pesquisa.

Essa opção por buscar capturar o posicionamento do número total de coordenadores se deve também pela complexidade de análise do tema abordado, e pela possibilidade de se obter um conjunto pertinente e diverso de posicionamentos a partir da amostra definida. Acreditamos no fortalecimento destas características ao estabelecermos esta saturação intencional, pois o acesso a público alvo menor poderia afetar a amplitude de significados que buscamos perceber, por outro lado, a busca por um público alvo maior demandaria a revisão do período em análise podendo interferir diretamente nos prazos disponíveis para a realização da pesquisa.

1.8 Orçamento

Todos os custos necessários para realização dos procedimentos relacionados à pesquisa ocorrerão por conta do pesquisador responsável.

1.9 Pesquisador responsável

Cladeilson Sousa Oliveira, discente do Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco.

1.10 Docente orientadora

Dr^a Taciana de Barros Jeronimo, docente do Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco.

2 VISÃO AMPLIADA DA PESQUISA

2.1 Concepções filosóficas

A necessidade de destacar a posição filosófica que direciona esta pesquisa perpassa pelo reconhecimento de que ela se tornará possível não apenas pelo estabelecimento de medidas para captura das informações de seu público alvo, muito antes disso, outros momentos e oportunidades podem ser mencionados como alicerce para torna-la possível, dentre eles, o conhecimento vislumbrado pelo aluno em sala de aula, a troca de experiências durante as discussões mediadas por professores, os momentos de orientação, o interesse em proporcionar conhecimento a partir das temáticas pesquisadas, e ainda as convicções próprias do pesquisador. Creswell, aponta que as concepções filosóficas são “como uma orientação geral sobre o mundo e sobre a natureza da pesquisa defendidas por um pesquisador” (2010, p. 28). Para o autor, as crenças defendidas pelo pesquisador poderão orientar a forma de abordagem do fenômeno estudado.

Diante das premissas já mencionadas em outros pontos do projeto que também representam o acreditar do pesquisador na relevância e viabilidade da pesquisa, percebemos que a análise do processo de decisão de um grupo de indivíduos sobre o recente incremento da extensão no currículo dos cursos de graduação de uma universidade pública se torna possível a partir de uma abordagem técnica qualitativa de base construtivista social (Creswell, 2010), concepção esta, que também pode ser definida como interpretativista (Creswell, 2010; Rashid et al, 2019).

A orientação interpretativista compreende o fenômeno estudado como construção social e acredita na relevância da subjetividade do público participante (Rashid et al, 2019). Essa perspectiva relativista molda o objetivo maior da pesquisa, que somente poderá ser alcançado a partir do estabelecimento de uma abordagem a pessoas com histórias de vida, convicções e personalidades socialmente construídas, as quais nos levam ao desafio de interpretar suas opiniões para então entender significados e gerar conhecimento.

O direcionamento qualitativo da pesquisa viabiliza ampla explanação da teoria voltada a decifrar a influência das heurísticas sobre o julgamento e tomada de decisão dos indivíduos, e do mesmo modo nos permite a adoção de métodos e técnicas que viabilizam a descrição, decodificação e a apreensão do fenômeno (Cooper e Schindler, 2011), este, que se encontra delimitado por um contexto específico.

Enquanto método voltado a constituir o trato adequado para exploração das possibilidades percebidas a partir do problema de pesquisa, entendemos como natural o

estabelecimento de um estudo de caso, tendo em vista permitir a captura apropriada da complexidade do fenômeno e a exploração de detalhes dos processos sociais envolvidos (Lindgreen, Benedetto, Beverland, 2000).

A possibilidade de estabelecer estudo aprofundado das questões de pesquisa através de estudo de caso torna possível estender as definições da teoria base para a área da gestão pública, mais especificamente, para análise de ação de gestão que impacta diretamente a atividade fim de uma universidade pública, fato que reforça a singularidade da proposta.

A familiaridade com a literatura de referência e com as diretrizes legais pertinentes proporcionou a descoberta de aspectos inerentes ao processo de decisão na administração pública, os quais se tornaram interrogações que guiaram a construção do instrumento de coleta de dados (Apêndice B).

Diante das pretensões e características apontadas para a pesquisa orientamos o processo de descoberta da significância dos dados à luz do que é previsto pela técnica de análise de conteúdo. Silva e Fossá (2015), destacam que a análise de conteúdo permite tanto a apreciação crítica de conteúdos verbais e não verbais, como também a condução de um processo de interpretação que transita com facilidade entre o rigor do fazer científico e as possibilidades advindas da subjetividade.

Apoiadas nas definições de Laurence Bardin, Silva e Fossá (2015) definem que a análise de conteúdo deve ser conduzida dentro de três fases, sendo que a primeira deve organizar as fontes que servirão para análise; a segunda examina, classifica e categoriza as informações obtidas através das fontes disponíveis; a terceira fase infere, interpreta e analisa comparativamente as categorias, ou seja, trata dos resultados.

Desse modo, verifica-se alto grau de responsabilidade na condução do processo de coleta, análise e interpretação dos dados empíricos, tendo a vista, a necessidade de descobrir evidências a partir dos pontos de vista de atores sociais abordados no ambiente natural onde o fenômeno acontece (Rashid et al, 2019), condição que fortalece o comprometimento em estabelecer contribuição relevante nos estudos sobre o impacto das heurísticas no julgamento e processo de decisão de integrantes do serviço público.

2.2 Técnicas de pesquisa

Diante das intenções de pesquisa e das concepções filosóficas que embasam seu desenvolvimento, foram estabelecidas as seguintes técnicas que viabilizam a coleta e análise de dados: análise documental e aplicação de questionário.

Análise documental – compreende o levantamento bibliográfico e de documentos que abordam tanto a teoria base da pesquisa quanto as diretrizes legais que conduzem o processo de curricularização da extensão.

Os posicionamentos de Bazerman e Moore (2010), se tornaram fundamentais na estruturação da presente proposta, pois os autores trazem uma visão acessível e atual sobre o uso de heurísticas e suas consequências para os indivíduos e organizações. Outros autores como Tversky e Kahneman (1973, 1974), Kahneman (2003, 2011), Tonetto et al. (2006), Ciarelli e Ávila (2009), Sigette (2017), Devlin e Billings (2018), Mendes-da-Silva e Yu (2009), Moore e Healey (2008), Garcia-Marques e Ferreira (2003), foram necessários para complementar, esclarecer, categorizar e estabelecer os limites do estudo, possibilitando a construção de fundamentos sólidos sobre o processo de decisão.

O outro lado da análise documental é a abordagem ao conjunto regulamentar que orienta a curricularização da extensão, tanto em termos nacionais quanto da própria UFRR, entre eles, a Política Nacional de Extensão, a Resolução do CNE, a Resolução nº 40/2021-CEPE e os PPCs dos cursos de graduação. Em paralelo com a base teórica, as normativas nacionais e internas à UFRR auxiliaram na definição das questões que compõe o instrumento de coleta de dados a ser aplicado aos coordenadores de curso.

Como forma de análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) optamos por utilizar o editor de texto online “AnyTextEditor”, o qual permitirá identificar as correlações semânticas entre os PPCs e as diretrizes legais, desta forma estabelecendo análise sistêmica dos textos que devem regulamentar a curricularização da extensão no âmbito dos cursos.

Aplicação do questionário – na intenção de conhecer a opinião direta dos agentes que discutem e decidem sobre a melhor forma de implantar a curricularização da extensão nos cursos de graduação ao qual pertencem, optamos pela aplicação de questionário eletrônico, o qual será encaminhado via e-mail ou aplicativo de mensagem. No questionário constará parte introdutória que explicita a temática da pesquisa e orienta o seu preenchimento. O referido instrumento está formatado em dois grupos de questões: a) Questões gerais que abordam o

perfil do respondente e questões preliminares do processo de decisão nos cursos; b) Questões específicas que tratam do tema da pesquisa.

Juntamente com o questionário, também será encaminhado aos participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), o qual possibilita aos pesquisados esclarecimentos sobre a relevância de sua participação, direitos e responsabilidades, fortalecendo sua convicção em contribuir de forma refletida e sem constrangimentos.

2.2 Considerações éticas

Para Cooper e Schindler, “o objetivo da ética na pesquisa é assegurar que ninguém seja prejudicado ou sofra consequências adversas oriundas das atividades de pesquisa” (p. 27, 2011). Reconhecendo assim, as partes envolvidas nesta pesquisa, pesquisador e pesquisados, e sabendo que se torna imperativo estabelecer procedimentos que resguardem a participação plena e consciente de modo a salvaguardar direitos e informações (Rashid et al, 2019), firmamos os seguintes compromissos na intenção de reafirmar os valores éticos que guiam nossas ações e atitudes na presente pesquisa:

- Respeito às fontes bibliográficas consultadas, fazendo a devida citação e referência conforme diretrizes legais e regulamentares;
- Garantir confidencialidade e proteção aos dados pessoais sensíveis dos pesquisados que porventura venham a ser solicitados visando o alcance dos objetivos únicos da pesquisa;
- Garantia de anonimato às pessoas integrantes do público alvo da pesquisa que responderem aos instrumentos de coleta de dados;
- Estabelecer procedimento para formalizar o consentimento das pessoas para participar do processo de coleta de dados e informações, resguardando o seu direito de esclarecimento sobre os benefícios e possíveis riscos relacionados à pesquisa;
- Garantir o acesso dos pesquisados às informações por eles fornecidas e respeitar decisões voltadas à exclusão das mesmas;
- Implementar esforços para conduzir de forma criteriosa todas as etapas previstas para a pesquisa em consonância com o docente orientador, visando o reconhecimento de qualidade pelos procedimentos adotados, resultados percebidos e contribuições à área de estudo;
- Promover a publicação dos resultados da pesquisa conforme os padrões exigidos pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

QUESTÕES GERAIS

1. Qual sua idade?
2. A quanto tempo você é docente efetivo da UFRR?
3. Qual seu gênero?

4. Das opções a seguir, escolha a que melhor descreve sua forma de raciocinar, aquela que mais predomina para tomar uma decisão em sua rotina, e sobre questões mais complexas que não se apresentam com frequência:
 Tenho raciocínio rápido, automático, implícito e emocional
 Tenho raciocínio lento, consciente, explícito e lógico

5. Qual das formas de curricularização da extensão previstas na Resolução nº 40/2021-CEPE/UFRR foi aprovada para seu curso?
 Atividade Curricular de Extensão (ACE)
 Componente Misto de Extensão (CME)

6. Quais os critérios que mais se destacaram para orientar a decisão do corpo docente para a escolha do formato de curricularização aprovado no seu curso?

QUESTÕES ESPECÍFICAS

7. Quando as discussões para curricularização da extensão começaram em seu curso, você já tinha disponível informações ou exemplos da construção e efetivação deste processo em outros cursos da UFRR ou mesmo em outras instituições?
 Sim
 Não

8. O formato de curricularização da extensão aprovado em seu curso, possui traços característicos das propostas conhecidas previamente por você?
 Sim, possui
 Não possui
 Não tive modelo prévio para basear minha decisão

9. O quanto essas informações e exemplos disponíveis em sua memória influenciaram sua decisão sobre o modelo de curricularização defendido por você para seu curso?

Apresente sua resposta no quadro abaixo, considerando que quanto mais próximo de “zero” houve pouca ou nenhuma influência e quanto mais próximo de “cinco” houve muita influência.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

10. Quantos exemplos ou modelos de curricularização da extensão de outras instituições ou mesmo da UFRR, que você conhecia, serviram de base para a proposta defendida por você para seu curso?
- Nenhuma
 - 1 a 2 modelos/exemplos
 - 3 a 4 modelos/exemplos
 - Mais de quatro modelos/exemplos
11. Sua decisão para o formato de curricularização da extensão implantado em seu curso levou em consideração os exemplos em vigor na UFRR ou exemplos em vigor em outras instituições??
- Exemplos da UFRR
 - Exemplos de outras instituições
 - Não tive nenhuma instituição como exemplo para basear minha decisão
12. Qual sua relação com a instituição que mais lhe ofereceu base para sua decisão quanto ao modelo de curricularização da extensão defendido por você para seu curso?
- Sou egresso da instituição
 - Faço parte do corpo docente da instituição
 - Fiz parte do corpo docente da instituição
 - Tenho relação de trabalho e/ou amizade com integrantes da instituição
 - Não tenho nenhuma. Ela surgiu como resultado de pesquisa sobre o assunto
 - Não tive nenhuma instituição para basear minha decisão
13. As discussões em seu colegiado fortaleceram sua decisão sobre o formato de curricularização da extensão que defendia para seu curso? Por favor, descreva as evidências que você possuía que se fortaleceram?

14. As discussões em seu colegiado alteraram a sua posição inicial a respeito do modelo de curricularização da extensão que defendia para seu curso? Por favor, descreva as evidências que foram alteradas?

15. Sua decisão foi construída somente com base e durante as discussões ocorridas no âmbito de seu curso?

Sim Não

16. Defina a pertinência das discussões efetivadas em seu colegiado para construção de sua decisão sobre o modelo de curricularização da extensão. Apresente sua resposta no quadro abaixo, considerando que quanto mais próximo de “zero” as discussões foram pouco ou nada pertinentes e quanto mais próximo de “cinco” foram muito pertinentes.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

17. Você considera que sua decisão sobre o formato de curricularização da extensão para seu curso estava ancorada em informações MUITO sólidas? E por isso ela pode ter influenciado a decisão de outros colegas durante as discussões em seu colegiado? Justifique.

18. Você considera que sua decisão sobre o formato de curricularização da extensão para seu curso estava ancorada em informações POUCO sólidas durante as discussões em seu colegiado? E por isso houve a necessidade de ajustar sua posição inicial sobre o assunto? Justifique.

19. Diante do modelo de curricularização já aprovado e em vigor em seu curso, existem problemas ou dificuldades afetando sua execução prática? Que impacta negativamente o seu desenvolvimento?

Sim.

Não.

20. Se marcou "Sim" na questão anterior, destaque os problemas ou dificuldades percebidos.

21. Dos problemas ou dificuldades listados, tem algum que traria maior impacto negativo para o modelo de curricularização aprovado?

Sim.

Não. Não há como destacar um único problema ou dificuldade, pois o impacto negativo será visto quando da ocorrência de todos eles em maior ou menor grau.

Não reconheço problemas impactando o formato aprovado.

22. Se marcou "Sim" na questão anterior, destaque o problema ou dificuldade de maior impacto negativo.

23. A partir das respostas às questões anteriores defina o grau de seu otimismo com os resultados obtidos a partir da implantação do modelo de curricularização da extensão aprovado e em vigor em seu curso. Apresente sua resposta no quadro abaixo, considerando que quanto mais próximo de “zero” menor será seu otimismo e quanto mais próximo de “cinco” maior será seu otimismo.

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

24. Você acredita que o formato de curricularização da extensão aprovado para seu curso é resultado do debate participativo constituído entre seus pares? Justifique.

25. Você acredita que o formato de curricularização da extensão aprovado para seu curso é resultado da adoção pura e simples de uma única proposta considerada pertinente pela maioria do grupo? Justifique.

26. Durante as discussões do colegiado de docentes de seu curso, você acredita que todos os presentes possuíam a devida clareza sobre o assunto e estavam cientes da relevância de efetivar a melhor escolha possível para o curso?

Sim, todos conheciam o assunto e estavam cientes da necessidade de fazer a melhor escolha para o curso.

Não, alguns docentes precisaram de esclarecimentos durante as discussões, mas estavam cientes da necessidade de fazer a melhor escolha para o curso.

Não, alguns docentes pouco sabiam do assunto e demonstravam indiferença quanto a escolha dos modelos de curricularização possíveis para o curso.

Não tenho como estabelecer uma avaliação da participação dos outros docentes.

27. Diante do formato de curricularização da extensão já aprovado e em execução em seu curso, como você considera sua participação durante o processo de decisão?

Ótima Boa Regular Pouco atuante

28. Diante do formato de curricularização da extensão já aprovado e em execução em seu curso, você acredita que de fato foi aprovada a melhor proposta?

Sim.

Não.

29. Diante do formato de curricularização da extensão já aprovado e em execução em seu curso, você mantém seu apoio à proposta aprovada ou se pudesse mudaria seu apoio e buscaria a revisão do modelo em vigor?

Sim, mantenho meu apoio à proposta aprovada.

Mudaria meu apoio e buscaria a revisão da proposta aprovada.

30. Durante as discussões, a proposta aprovada pelo colegiado de seu curso sempre representou a opção aceita pela maioria do grupo ou a proposta aprovada foi uma opção que se fortaleceu durante o processo de escolha?

Sim, desde o início foi a mais aceita pela maioria do grupo de docentes

Não, ela foi uma opção que se fortaleceu durante as discussões

31. Sua decisão a respeito do formato de curricularização da extensão que seu curso deveria possuir sempre esteve em alinhamento com a proposta aprovada pela maioria do colegiado?

Sim Não

32. Durante as discussões sobre o formato de curricularização da extensão a ser seguido pelo curso foi apresentado dado, informação e/ou índice baseado na realidade da UFRR ou de outras instituições que orientassem os docentes quanto ao aceite ou rejeição de algum dos formatos possíveis em avaliação para o curso?
- Sim, foi apresentado
- Não foi apresentado qualquer dado ou informação
33. Caso tenha marcado “Não” na questão anterior, você acredita que durante as discussões tudo o que foi apresentado foi suficiente para subsidiar o processo de decisão dos docentes ou faltaram dados, informações, índices que corroborassem com as discussões?
- Tudo o que foi apresentado foi suficiente para subsidiar a decisão dos docentes.
- Acredito que a apresentação de mais dados, informações ou índices contribuíram mais e melhor com o processo de escolha dos docentes.
34. Caso tenha marcado “Sim” na questão 32, você acredita que aquele dado ou informação apresentado durante as discussões do colegiado podem ter auxiliado os docentes no processo de decisão sobre o formato de curricularização da extensão a ser seguido pelo curso?
- Sim, acredito que auxiliou para decisão dos docentes.
- Não, não acredito que tenha auxiliado.
35. Diante do panorama atual vivido pelo curso ao qual pertence; você considera que a participação dos docentes em ações de extensão (número de ações de extensão aprovadas para execução por docentes de seu curso) aumentou, diminuiu ou se manteve estável após a consumação da inclusão da extensão no currículo? Justifique.
36. Qual a proporção mais representativa da participação docente em ações de extensão no curso a qual pertence?
- 100% dos docentes participam de ações de extensão

- Mais de 50% dos docentes participam de ações de extensão
- 50% dos docentes participam de ações de extensão
- 25% dos docentes participam de ações de extensão
- 10% ou menos dos docentes participam de ações de extensão
- Outros: ____

37. Independentemente do processo de curricularização da extensão em vigor, na sua opinião qual seria a visão mais representativa, nos últimos 12 meses, da média de ações de extensão coordenadas por docentes no curso ao qual pertence?

- Uma ação de extensão por docente
- Duas ações de extensão por docente
- Três ou mais ações de extensão por docente
- Outros: ____

38. Diante do seu grau de otimismo apontado no item 23, e dos resultados apresentados após a implementação do modelo de curricularização aprovado para seu curso, você acredita que:

- A tendência é de fortalecimento do modelo aprovado e ampliação de seus resultados nos próximos anos.
- A tendência é que os resultados obtidos até o momento não estão de acordo com que se esperava, acredito que futuramente será necessário revisá-lo.
- A tendência é de que brevemente deverá ser promovida a revisão do modelo aprovado, pois desde a implementação os resultados estão aquém do esperado.
- A tendência é de revisão do modelo aprovado, pois os resultados vistos no início de sua implementação não estão mais sendo alcançados.

39. Diante da aprovação e implementação do atual modelo de curricularização da extensão em seu curso, você atribuiria, primeiramente, o “sucesso” dele:

- Ao trabalho dos docentes enquanto gestores do processo no dia a dia.
- À participação ativa dos discentes.
- Ao apoio da instituição para o desenvolvimento das atividades
- À conjunção de esforços entre a instituição, docentes e discentes.

() Outros: _____

40. Diante da aprovação e implementação do atual modelo de curricularização da extensão em seu curso, você atribuiria, primeiramente, o “insucesso” dele:

() Ao trabalho dos docentes enquanto gestores do processo no dia a dia.

() À participação pouco ativa dos discentes.

() À falta de apoio da instituição para o desenvolvimento das atividades

() À falta de esforços conjugados entre a instituição, docentes e discentes.

() Outros: _____

41. Espaço destinado para comentários e contribuições:

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO AO USUÁRIO

Convidamos o (a) Sr. (a) a participar, como voluntário (a) da pesquisa intitulada *Processo decisório: Análise da implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima*, que está sob responsabilidade do pesquisador CLADEILSON SOUSA OLIVEIRA, residente a **Rua Arco-iris**, 1062-Boa Vista/RR, CEP: 69316-004, telefone: (95) 99138-2916, e-mail: cladeilson.sousa@ufpe.br.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar a fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, podendo fazê-lo manualmente ou por assinatura digital via plataforma SOUGOV. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema. Em caso de aceite em participar, o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

- A pesquisa tem como objetivo analisar o processo decisório que viabilizou a implantação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRR, promovendo avaliação da influência das heurísticas da disponibilidade, da representatividade e da confirmação sobre o julgamento e decisão dos docentes que compõem os cursos. Sua participação consistirá em responder o questionário eletrônico enviado a você, procedimento que terá duração média de 30 minutos.
- O estudo poderá trazer risco de possível constrangimento para o senhor (a) frente a alguns questionamentos acerca de sua participação nos eventos internos que culminaram na definição do formato de curricularização da extensão em vigor no curso de graduação ao qual é vinculado.
- Informamos que neste trabalho não há benefícios diretos, entretanto, como benefícios indiretos, as informações prestadas pelo (a) senhor (a) poderão contribuir para aperfeiçoar a capacidade de julgamento e decisão dos profissionais que compõem as equipes de gestão de organizações de educação superior.
- Os resultados serão estruturados como parte integrante de dissertação de mestrado em

administração do Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

As informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos e publicações técnico-científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. As informações obtidas estarão sob absoluto sigilo e serão armazenadas por no mínimo por 5 (cinco) anos sob a guarda do pesquisador responsável

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelo pesquisador (ressarcimento de despesas). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura pesquisador

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar da pesquisa intitulada ***Processo decisório: Análise da implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima***, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os esclarecimentos recebidos, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

Aceito Participar da pesquisa

Não aceito participar da pesquisa

Assinatura do participante: _____

Boa Vista-RR, ____/____/____.